



PRESIDENTE DA REPÚBLICA VAI ESTAR PRESENTE

# Dia da CNIS assinala 37 anos de comunhão

SETOR SOCIAL SOLIDÁRIO

## Uma realidade nascida na sociedade civil



ÉVORA  
Unitate salva  
duas instituições  
de fechar portas

PALMELA  
Comunidades  
terapêuticas vivem  
em dificuldade



PROTOCOLO CNIS/IEFP

Empregar mais pessoas  
com deficiência  
nas IPSS



**José Leirião**  
Membro da CNIS



ENIPSSA

# Estratégia Nacional para a Integração de Pessoas em Situação de Sem-Abrigo 2017-2023

Foi criada em 2016 no seguimento da estratégia anterior que vigorou durante o período 2009-2015, (A CNIS integrou esta estratégia) a qual acabou por ser interrompida em 2013 com cerca de 4000 pessoas ainda na situação de sem-abrigo. No entanto, a sua avaliação, cujo relatório foi tornado público em Março de 2017, destaca o facto de ter contribuído positivamente para a reflexão desta problemática enquanto laboratório social, uma vez que foi a primeira estratégia nacional no âmbito da questão das pessoas sem-abrigo e, ainda, a primeira estratégia nos chamados países do “Sul da Europa”, colocando o foco no envolvimento de várias entidades, públicas e privadas, tanto na concepção como na implementação e monitorização; o seu papel foi igualmente relevante ao nível dos serviços de proximidade, já que dinamizou a criação de Núcleos de Planeamento e Intervenção Sem-Abrigo (NPISA) os quais procuraram manter-se activos ao nível local.

Entretanto, o governo decidiu continuar e reforçar a estratégia anterior lançando uma Nova Estratégia para o período 2017-2023 com base numa análise SWOT da anterior, que permitiu identificar o que correu bem, o que correu menos bem e as melhorias necessárias para se atingirem impactos com resultados positivos a vários níveis, neste sentido, uma estratégia nacional deveria promover uma qualificação das respostas existentes, contribuindo para proporcionar às instituições e às equipas oportunidades de formação e de supervisão adequadas ao seu funcionamento, desenvolvendo uma cultura de avaliação baseada no princípio da qualificação (e não da fiscalização) da intervenção, com vista a uma apreciação dos resultados face às necessidades diagnosticadas e reconhecidas pelas próprias pessoas em situação de sem-abrigo.

**A VISÃO** desta estratégia pretende “CONSOLIDAR UMA ABORDAGEM ESTRATÉGICA E HOLÍSTICA DE PREVENÇÃO E INTERVENÇÃO, CENTRADA NAS PESSOAS EM SITUAÇÃO DE SEM-ABRIGO, POR FORMA A QUE NINGUÉM TENHA DE PERMANECER NA RUA POR AUSÊNCIA DE ALTERNATIVAS”.

**CONCEITO DE PESSOA SEM-ABRIGO**  
“Considera-se pessoa em situação de sem-abrigo aquela que, independentemente da sua

nacionalidade, origem racial ou étnica, religião, idade, sexo, orientação sexual, condição socioeconómica e condição de saúde física e mental, se encontre:

- Sem teto, vivendo no espaço público, alojada em abrigo de emergência ou com paradeiro em local precário, ou
- Sem casa, encontrando-se em alojamento temporário destinado para o efeito

A ENIPSSA assenta três eixos de intervenção:

**EIXO 1 – CONHECIMENTO DO FENÓMENO** (promoção do conhecimento do fenómeno das pessoas em situação de sem-abrigo, informação, sensibilização e educação) e configura um conjunto de medidas que visam o conhecimento permanente do fenómeno a vários níveis, permitindo a troca de informação, a planificação e a tomada de decisões políticas. Este eixo incorpora 5 objectivos estratégicos, 21 Ações e 33 Actividades e respectivas Metas.

**EIXO 2 – REFORÇO DA INTERVENÇÃO** (reforço de uma intervenção promotora da integração das pessoas em situação de sem-abrigo de forma a garantir a qualidade, eficácia e eficiência em duas vertentes fundamentais: a vertente da Intervenção Técnica, através da formação dos técnicos e dos dirigentes de respostas sociais e serviços de atendimento público, e a vertente do **Reconhecimento da qualidade das respostas dirigidas a esta população.**

Este eixo incorpora 12 objectivos estratégicos, 44 Ações e 54 Actividades e respectivas Metas.

**EIXO 3 – COORDENAÇÃO** (coordenação, monitorização e avaliação da ENIPSSA) visam colmatar a complexidade inerente à coordenação, monitorização, implementação e avaliação da estratégia). Este eixo incorpora 3 objectivos estratégicos, 11 Ações e 13 Actividades e respectivas metas

Os órgãos e estrutura da ENIPSSA são :

Duas Comissões: Comissão Interministerial (decisões políticas) e Comissão Consultiva (Estudos)

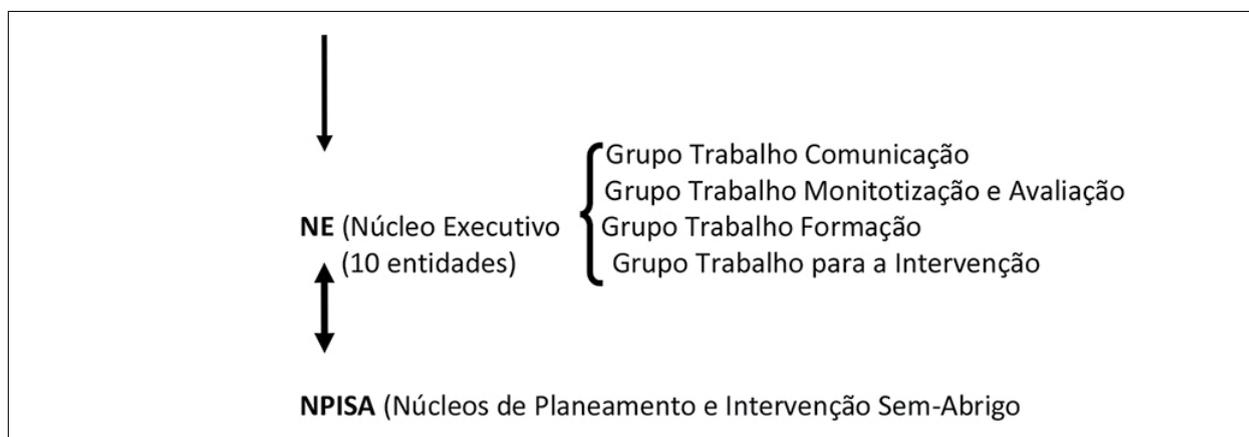
**Órgãos Operacionais: GIMAE** (Grupo Implementação, Monitorização e Avaliação da Estratégia) (30 entidades)

**Nota:** A CNIS integra o GIMAE, o Núcleo Executivo, o GT Comunicação e GT para Intervenção

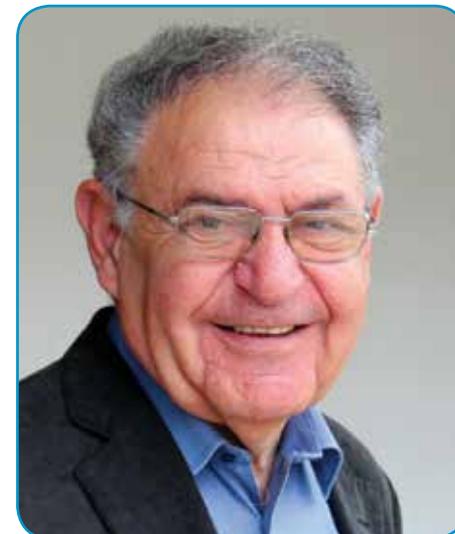
**Entidades que integram a Estratégia:** 25 entidades públicas e 5 entidades privadas (CNIS, União Misericórdias, CESIS (Centro Estudos Intervenção Social), EAPN (Rede Europeia Anti-Pobreza), FNERDM (Federação Nacional Entidades Reabilitação Doentes Mentais)

A Estratégia foi publicada no Diário da República nº. 142 de 25 de Julho 2017.

Existe um site da Estratégia cuja visita convida a fazer em [www.enipssa.pt](http://www.enipssa.pt)



**Padre Lino Maia**  
Presidente da CNIS



# Uma cultura muito nossa

**1.** Tendo especulado enfadonhamente sobre um caso de desvio em vários milhares com cumprimento genuinamente solidário e escrupulosamente exemplar, caso que até pode nem ser caso, alguma comunicação social pode ter estado a contrariar uma “cultura muito nossa” em que cada português se sente “guarda do seu irmão” e em que ninguém rejeita “fazer o que está ao seu alcance na construção coletiva” de um melhor devir para cada e para todos.

E quando se diz “cultura muito nossa” é porque, entre nós, a ação social direta desenvolvida pelas pessoas de cada localidade e da generalidade das localidades, que se organizam, se potencializam e se movimentam em favor das pessoas com deficiência, das suas crianças, dos seus jovens e dos seus idosos - e muito especialmente em favor dos que mais precisam - é muito anterior ao despertar do Estado para as suas responsabilidades sociais. Há capilaridade, caridade, cidadania, cooperação, gratuidade, opção preferencial pelos mais carenciados, proximidade, solidariedade, subsidiariedade e voluntariado.

Quando o Estado despertou para o social, é certo - e muito bem - que reconheceu que o devia fazer como Estado moderno: conhecer, reconhecer e apoiar quem já o fazia, co-responsabilizar-se nos caminhos a endireitar e nas metas a definir, coordenar, regular e velar pelo cumprimento responsável e rigoroso e prevenir suprimindo para que ninguém ficasse para trás e para que fosse assegurada a igualdade de oportunidades e a universalidade dos direitos. Nesse sentido, em 19 de dezembro de 1996, foi assinado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, subscrito pelo então Primeiro Ministro (Engº António Guterres), pelos presidentes da Associação Nacional dos Municípios e da Associação Nacional das Freguesias e pelos três presidentes das organizações representativas do Sector Social Solidário (União das Instituições Particulares de Solidariedade Social / CNIS, União das Misericórdias e União das Mutualidades).

Hoje pode afirmar-se que, muito especialmente na área da proteção social, Portugal é exemplo ímpar na Europa: os acontecimentos recentes da crise que se quer ver superada bem o confirmam e destacam-nos preferencialmente. Porque a eventual subordinação a um Estado providencialista, mas eventualmente ineficaz e pesado, foi superada por uma sociedade verdadeiramente comprometida, democrática, envolvida e responsável.

E todos ficamos a lucrar: mais inovação e melhor qualidade, mais respostas sociais, muito mais emprego, muito mais pessoas empenhadas no bem comum e muitíssimas mais pessoas apoiadas na construção do seu devir...

E, não se duvide: também maior moderação, menor alijamento de responsabilidades e muito menores custos para um Estado que, sem se

idealizar mínimo, sempre deve proteger a sua dimensão.

Inverter este percurso é não saber ler a história e não querer segurar o futuro...

**2.** Também alguma comunicação social - e não só - parecia ignorar a opção preferencial pelo voluntariado no exercício dos titulares dos órgãos sociais das IPSS. Assim, impõe-se, desse logo, lembrar que, até à publicação do Decreto-Lei nº 172-A/2014, de 14 de Novembro, isto é, seguindo a versão primitiva do Decreto-Lei nº 119/83, de 25 de Fevereiro - que aprovou o chamado Estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social -, já vigorava o princípio da regra da gratuidade do mandato dos titulares dos órgãos sociais das IPSS. Mas também esse princípio já previa a possibilidade excepcional de tal exercício ser remunerado, nos termos do artº 18º, 2 do referido Estatuto - com a circunstância de aí não ser estabelecido qualquer limite a essa remuneração.

No atual regime, em vigor desde Novembro de 2014, mantém-se o princípio da gratuidade do mandato e mantém-se a exceção - embora de modo mais restritivo, na medida em que agora tal possibilidade tem o limite de 4 IAS (Indexante dos Apoios Sociais = 428,90€ a partir de janeiro deste ano).

Sendo o voluntariado a grande realidade vigente e preferida, não deixa de ser oportuno acautelar dedicações com exclusividade e sem outros rendimentos e prevenir a necessária renovação e o

conveniente rejuvenescimento dos órgãos sociais das Instituições de Solidariedade.

**3.** Na ressaca do episódio, não tem faltado, em meios antecipadamente hostis ao papel que a Constituição e a Lei conferem às IPSS no nosso País, quem venha defendendo que o Estado coloque um elemento seu nas Direções das Instituições, ou um fiscal à porta de cada uma destas.

Trata-se de quem não tem memória de quanto custou o exercício da liberdade de associação como grande conquista do 25 de Abril, estruturante do regime democrático, e que pretende restaurar os hábitos do tempo da ditadura - em que o exercício do direito de associação dependia da autorização, dos humores e da vigilância das autoridades. Ou, com isso, talvez nefastamente se queira criar uns quantos lugares para as respetivas “famílias ideológicas”...

Ou se pretenda voltar ao regime do Código Administrativo, de Marcello Caetano, que permitia, com efeito, que o Governo demitisse os órgãos sociais das então chamadas Instituições Particulares de Assistência e para elas nomeasse comissões administrativas - mas que acabou em 1979.

E que é para não voltar.



PROTOCOLO CNIS/IEFP

# Potenciar o emprego de pessoas com deficiência nas IPSS

Valorizar aptidões e ultrapassar as respetivas limitações é como deve ser encarado o emprego de pessoas com deficiência, que como todas as demais têm direito ao trabalho e ao emprego. Potenciar a empregabilidade destas pessoas no universo das IPSS associadas da CNIS é a finalidade do protocolo recém-acordado com o IEFP. Pela sua natureza e filosofia, as IPSS são um mercado de trabalho potencial ainda pouco aproveitado, especialmente, pelo grande desconhecimento das medidas de apoio ao emprego existentes e... “bastante boas”.

«Ricardo Rocha, 42 anos, casado e pai de duas filhas, é invisual, mas nem sempre o foi. Pasteleiro de profissão, desde os 13 anos, viu o seu mundo desabar em 2004 quando uma queda lhe começou a roubar a visão. A cegueira total chegou três anos depois, aos 32 de idade.

Com uma família para sustentar, Ricardo fez uma formação de Assistente Administrativo, na ACAPO – Associação de Cegos e Amblíopes de Portugal, estagiando, de seguida, durante nove meses no Colégio de S. Caetano, em Braga.

Como iniciou a vida laboral muito cedo, os estudos ficaram para trás. Depois de ter feito o 6º Ano à noite, foi já depois de cegar totalmente que fez o 9º Ano.

Terminado o estágio, o assistente administrativo tentou nova colocação na instituição de ensino brarense, “mas sem êxito”.

Seguiu-se mais um estágio, desta feita no Centro Social das Taipas, em Guimarães, onde ainda desempenha as funções de rececionista e telefonista.

“Esta é uma função que mantemos por questões sociais, porque com as novas tecnologias este é um posto de trabalho que tende a não ser necessário”, explica Henrique Azevedo, diretor financeiro da IPSS das Taipas, que emprega ainda uma outra pessoa com deficiência nos serviços gerais da ERPI.

Quanto a Ricardo Rocha, depois da primeira integração no âmbito de um estágio, a instituição fez com ele um contrato de voluntariado, pelo que o remunerava simbolicamente. Tendo terminado em setembro do corrente ano o contrato de voluntariado, “a instituição deverá fazer um contrato com ele, quanto mais não seja por questões sociais”.

“É muito difícil arranjar trabalho”, lamenta Ricardo Rocha, porque “é tudo muito bonito, mas as oportunidades são nulas”.

O seu grande desejo era poder trabalhar naquilo em que sempre trabalhou, mas “não há oportunidades”.

“Eu sei que em Lisboa estaria integrado numa pastelaria de pastéis de Belém, porque há imensos trabalhos de pastelaria que posso fazer, mas aqui não há oportunidades. Não há quem diga para experimentar e depois se vê se dá ou não dá”, explica, sublinhando: “Tenho procurado, mas não está fácil. Eu podia estar numa associação qualquer e passar lá os dias sem fazer nada, mas não gosto. Prefiro



fazer algo e sentir-me útil”.

Este está longe de ser caso único em Portugal e a prova disso foi recentemente divulgada no relatório «Pessoas com Deficiência em Portugal – Indicadores de Direitos Humanos 2017», elaborado pelo Observatório da Deficiência e Direitos Humanos (ODDH), do Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa (ISCSP-UL).

No documento apresentado a 13 de dezembro último, relativamente ao Emprego, os dados são, de facto, pouco animadores.

O desemprego registado desceu 18,8% entre 2011 e 2016 para a população geral, mas aumentou 26,7% na população com deficiência e o desemprego de curta duração entre as pessoas com deficiência desceu 6,7% no mesmo período temporal, mas o desemprego de longa duração cresceu 63,8%.

Por outro lado, indica que as pessoas com deficiência inseridas em empresas privadas com mais de 10 trabalhadores representam menos de 1% do total de trabalhadores e apenas 2,3% do total de trabalhadores da Administração Pública.

A análise dos dados do relatório permite ainda verificar que tem havido uma tendência global de aumento do número de pessoas beneficiárias de

medidas de Diagnóstico, Orientação e Formação e dos Apoios à Inserção e Colocação promovidas pelo IEFP, nas quais se incluem as medidas específicas (reabilitação profissional).

Como refere Rosa Moreira, da Humanitas (Federação Portuguesa para a Deficiência Mental), o aspeto positivo dos dados agora apresentados é que “há mais pessoas inscritas e a participar em programas, porque só inscritas no IEFP o podem fazer”, daí os números serem ainda mais reveladores da situação difícil em termos de emprego para quem é portador de deficiência.

Perante a diversidade de medidas de emprego apoiado e no sentido de promover o emprego de pessoas portadoras de deficiência, a CNIS e o IEFP estabeleceram um protocolo com o objetivo de incentivar as IPSS associadas a promover uma maior empregabilidade daquelas pessoas nos seus quadros de pessoal.

“Há várias medidas e bastante ajustadas, mas não estão disseminadas”, refere Rosa Moreira, acrescentando que “é preciso aproveitar o potencial do universo das IPSS, trabalhar a informação junto dessas entidades, disseminá-la e fazer com que se apoderem dessas medidas”.

Paula Aguiar, diretora-técnica da Fundação Nuno Silveira, de Fânzeres (Gondomar), que trabalha na área da deficiência, olha com otimismo para este protocolo: “A nossa experiência de trabalho com outras IPSS tem sido muito positiva. Estas entidades, possivelmente, pela sua natureza e prática de trabalho com os grupos mais vulneráveis, têm-se revelado mais disponíveis para a integração em Formação Prática em Contexto de Trabalho (FPCT) dos nossos formandos. A integração em IPSS possibilita, por um lado, a consolidação das aprendizagens, o exercício prático em contexto real de trabalho e o reforço da autoestima e, por outro, permite à entidade conhecer o potencial de trabalho daquela pessoa. Após este período verificamos que a maioria das entidades gostaria de integrar nos seus quadros o formando que acompanhou. No entanto, deparam-se com dificuldades económicas para o fazer”.

Ora esta é a lacuna que o protocolo pretende preencher, uma vez que são várias as medidas do IEFP ao emprego apoiado para pessoas com deficiência que – conclusão geral – estão é pouco divulgadas.

Henrique Azevedo, do Centro Social das Taipas, refere mesmo que, “apesar do peso nas contas da instituição, há um retorno social”, até porque, sublinha, “a instituição investe para prestar apoio social e esta é mais uma forma de o fazer”.

Para este responsável pela instituição das Taipas, as entidades do Setor Social Solidário “são as únicas com cariz social, ao contrário dos privados, pelo que é um universo com grande potencial para acolher estas pessoas”.

Com respostas sociais apenas na área da infância e da terceira idade, o Centro Social das Taipas é mais uma das muitas instituições espalhadas pelo território que, apesar de não serem insensíveis à questão da empregabilidade de pessoas com deficiência, desconhecem a ajudas que existem.

Paula Aguiar defende que “é fundamental haver uma maior divulgação dos apoios à contratação, atualmente existentes, para as entidades empregadoras em geral”, uma ideia que Rosa Moreira acompanha em pleno: “É muito importante haver uma disseminação das medidas existentes junto deste universo das IPSS, porque há medidas bastantes boas em que o posto de trabalho é quase pago na totalidade, mas que as entidades desconhecem”.

Muitas das vezes as instituições estão sensíveis a acolher pessoas em estágios, mas muitas das medidas propostas pelo IEFP permitem que seja celebrado um contrato de trabalho, com grande parte dos encargos a ficarem a cargo do Estado.

“Verificamos que a dificuldade de integração no mercado de trabalho não tem diretamente que ver com a falta de capacidades ou qualificações, mas com preconceitos, com a falta de vontade das pessoas responsáveis pelos serviços de se adaptarem à diversidade humana e com o enfoque excessivo que é dado às limitações das pessoas com deficiência”, aponta Paula Aguiar, sublinhando: “As pessoas com deficiência deparam-se com dificuldades específicas no acesso ao trabalho, nem sempre relacionadas com a falta de qualificações. Há um desconhecimento generalizado do potencial de trabalho das pessoas com deficiência e dos incentivos à sua contratação. Seria necessário fazer um trabalho de informação e sensibilização a nível nacional, de grande projeção, dirigida aos empregadores, evidenciando as vantagens da contratação de pessoas com deficiência”.

Neste particular, Rosa Moreira, da Humanitas,



considera que “a disseminação das medidas de apoio existentes é fundamental”, olhando o mundo das IPSS com entusiasmo: “As instituições que trabalham a deficiência devem mediar a integração no mercado de trabalho, porque são as que estão mais aptas, e as demais receber estas pessoas e darem-lhe emprego”.

É com este espírito que o Centro Social das Taipas se prepara para receber mais um trabalhador, no caso com deficiência do foro mental, “para apoiar no serviço de logística”, revela Henrique Azevedo.

Por seu turno, a Fundação Nuno Silveira integra nos seus quadros cinco trabalhadores portadores de deficiência, tem mais de uma dezena colocados em empresas do concelho e nas instalações da instituição funciona, fruto de um protocolo com uma empresa, um serviço de montagem de molas que integra 25 utentes, protocolado com uma empresa.

“A experiência de emprego de pessoas com deficiência na Fundação em termos de desempenho e interação é, em tudo, semelhante à dos demais trabalhadores. A Fundação emprega, atualmente, cinco pessoas com deficiência, sendo que as limitações

individuais de cada um destes trabalhadores não constituem qualquer impedimento ao trabalho rentável que realizam. Valorizamos as suas aptidões e, em conjunto, ultrapassamos as suas limitações”, conclui Paula Aguiar.

Como está plasmado no Artigo 27º da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, que Portugal ratificou em 2009, os Estados subscritores “reconhecem o direito das pessoas com deficiência a trabalhar, em condições de igualdade com as demais”.

E isto, entre outras coisas, significa: “O direito à oportunidade de ganhar a vida através de um trabalho livremente escolhido ou aceite num mercado e ambiente de trabalho aberto, inclusivo e acessível a pessoas com deficiência”.

Assim, e na prossecução deste desígnio, o IEFP estabeleceu o protocolo com a CNIS, que agora junto das suas associadas, que pela sua natureza e missão devem estar sensíveis à questão, vai divulgar as diversas medidas de apoio ao emprego de pessoas com deficiência (ver caixa).

PEDRO VASCO OLIVEIRA (TEXTO)

## MEDIDAS DE APOIO AO EMPREGO

### **EAMA – Emprego Apoiado em Mercado Aberto**

Consiste na atividade profissional desenvolvida por pessoas com deficiência e incapacidade e capacidade de trabalho reduzida, em postos de trabalho em regime de contrato de emprego apoiado.

### **Estágios de inserção**

Visam apoiar a integração ou reintegração no mercado de trabalho de pessoas com deficiência e incapacidade desempregadas ou à procura de primeiro emprego, através de formação prática em contexto laboral, que complementa e aperfeiçoa as suas competências.

### **Contratos emprego inserção**

Possibilita o desenvolvimento de atividades socialmente úteis por pessoas com deficiência e incapacidade, com vista a reforçar as suas competências relacionais e pessoais, valorizar

a autoestima, bem como estimular hábitos de trabalho, enquanto não tiver oportunidade de trabalho.

### **Centros de emprego protegido**

Visa proporcionar às pessoas com deficiência e incapacidade e com capacidade de trabalho reduzida o exercício de uma atividade profissional e o desenvolvimento de competências pessoais, sociais e profissionais necessárias à sua integração em regime normal de trabalho em postos de trabalho em regime de emprego apoiado.

### **Estímulo-Emprego**

Apoio financeiro aos empregadores que celebrem contratos de trabalho a termo certo por prazo igual ou superior a seis meses ou contratos de trabalho sem termo, a tempo completo ou a tempo parcial, com pessoas com deficiência ou incapacidade, com a obrigação de proporcionarem formação profissional.

PREVISTA PRESENÇA DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

# CNIS comemora 37 anos de espírito de comunhão

O Dia da CNIS celebra-se a 15 de janeiro e vai contar, em 2018, com a presença do Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa.

O programa do Dia da CNIS, a realizar em Fátima, inclui, da parte da manhã, uma conferência sobre «Valores e Identidade da Solidariedade», na qual serão abordados temas como a autonomia e a cooperação no universo social solidário nacional, e à tarde uma sessão de esclarecimento sobre a constituição da Confederação da Economia Social Portuguesa.

Esta sessão de esclarecimento surge no seguimento da solicitação da última Assembleia Geral Extraordinária para que houvesse um debate mais aprofundado sobre a matéria, cuja discussão e votação final será feita em AG Extraordinária, em março.

Entretanto, a CNIS endereçará, pelas vias habituais, os convites às instituições.

A CNIS faz 37 anos no dia 15 de Janeiro de 2018. É um momento importante para a organização que congrega a maioria das IPSS portuguesas.

Lino Maia recorda que “a União das IPSS começou com muita gente, hoje é muito mais



a que está na CNIS, mas o espírito de comunhão mantém-se. São 37 anos em que muitos, e muito bem, se deram a este mundo da

solidariedade social. Em nenhum outro país encontramos tanta gente e tão empenhada na solução dos problemas da comunidade”.

## SOLIDARIEDADE ONLINE

# Recorde de 4,4 milhões de visitas em 2017

O site do jornal Solidariedade, ([www.solidariedade.pt](http://www.solidariedade.pt)), no ano de 2017, registou perto de 4,4 milhões de visitas, um crescimento de quase de 20 por cento em relação ao número de vistas do ano anterior (3.730.320).

A tendência de subida do número de visitas revela uma consistência durante todo o ano de 2017, apresentando o valor mais elevado no mês de Dezembro, tendo atingido um recorde de 540 mil acessos.

As consultas a [www.solidariedade.pt](http://www.solidariedade.pt) apresentam uma média diária de 12 mil acessos. Os dias de maior tráfego têm coincidido com as situações mais apelativas do ponto de vista mediático. Assim, quando se olha para o registo dos assuntos que maior atenção mereceram por parte dos que procuram a informação do site do jornal Solidariedade verifica-se que o artigo com mais leituras (15.000) em 2017, foi o Editorial de fevereiro, do padre Lino Maia, presidente da CNIS, intitulado “Acolhimento de crianças e jovens”. Em segundo lugar um tema, também de fevereiro, que importava diretamente aos trabalhadores das Instituições: “Terça-feira é feriado nas IPSS” foi um artigo lido por cerca de 11 mil pessoas. Na terceira posição, um tema recente, de dezembro, que concitou muito interesse por parte dos leitores do Solidariedade online: “Direção emite comunicado sobre IPSS Raríssimas”.

Confirma-se desta maneira que o ranking das matérias informativas mais procuradas revela um interesse superior no que pode afetar o funcionamento das instituições e a situação de utentes e funcionários, o que nos permite pensar que muito

do público-alvo do [www.solidariedade.pt](http://www.solidariedade.pt) é constituído por pessoas relacionadas com o setor social solidário.

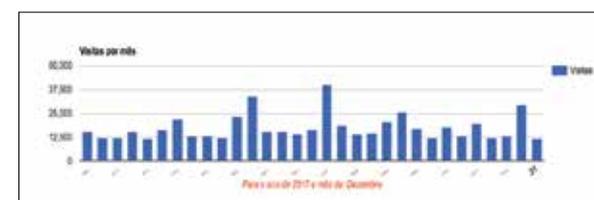
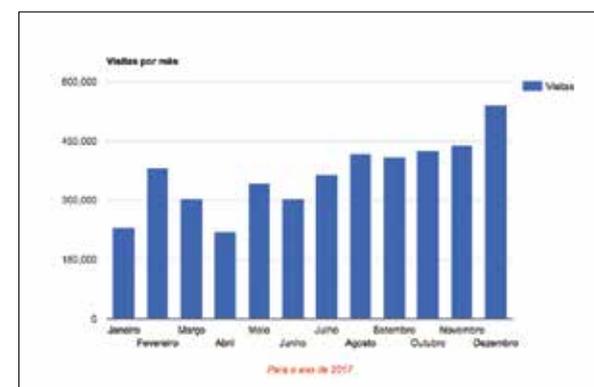
A estratégia de aposta no formato online teve início em Maio de 2014, por ocasião do décimo aniversário da segunda fase do projeto do órgão de comunicação social da CNIS. Em 2014 o site registou cerca de 1 milhão e 600 mil visitas; em 2015 subiu para 3, 4 milhões; em 2016 alcançou a marca de 3,7 milhões; e em 2017 atingiu o recorde de 4,4 milhões de visitas.

Este reforço da visibilidade das realidades do setor social solidário tem também que ver com a conjugação que tem sido feita nas redes sociais, designadamente no facebook, onde são replicadas as matérias do site.

Outro dado a ter em consideração é o facto de continuar a haver um aumento daqueles que se registam no próprio site para receberem a newsletter do Solidariedade. São perto de 10 mil as pessoas que colocaram voluntariamente os dados pessoais no formulário de registo.

Resta dizer que para além deste sinal de reconhecimento do trabalho que está a ser desenvolvido pela redação nos conteúdos da internet, temos a noção de que o jornal no formato clássico, que chega a 5 mil pessoas e instituições de todo o país, continua a ser um veículo insubstituível na divulgação das boas práticas das IPSS, da dedicação dos dirigentes e funcionários, na inovação e empreendedorismo social, na revelação das pessoas que fazem com que as políticas sociais sejam uma realidade dinâmica

Seleção e ano:		
Ano: 2017		
Estadísticas:		
Mês: Janeiro	230.966 visitas	5,28%
Mês: Fevereiro	380.510 visitas	8,70%
Mês: Março	302.717 visitas	6,92%
Mês: Abril	220.263 visitas	5,04%
Mês: Maio	342.240 visitas	7,82%
Mês: Junho	302.292 visitas	6,94%
Mês: Julho	364.182 visitas	8,32%
Mês: Agosto	416.124 visitas	9,52%
Mês: Setembro	408.753 visitas	9,32%
Mês: Outubro	424.510 visitas	9,71%
Mês: Novembro	438.525 visitas	10,02%
Mês: Dezembro	539.912 visitas	12,34%
TOTAL:	4.371.594 visitas	



e eficientes para o quotidiano de muitos milhares de cidadãos que precisam de ajuda.

## PRÊMIO BPI CAPACITAR 2017

# 700 mil euros atribuídos a 20 projetos inclusivos para pessoas com deficiência

No âmbito da 8ª edição do Prémio BPI Capacitar, 20 instituições de solidariedade receberam 700 mil euros para apoiar projetos que promovem a inclusão social, a melhoria da qualidade de vida e a autonomia de pessoas com deficiência ou incapacidade permanente, reforçando em 200 mil euros a dotação inicialmente prevista.

O primeiro prémio foi, «ex aequo», para a ARCIAL - Associação para a Recuperação de Crianças Inadaptadas de Oliveira do Hospital e para a APELA - Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica, ambas associadas da CNIS.

A ARCIAL apresentou um projeto de formação e integração de jovens com deficiência nos trabalhos de germinação de árvores, apoiando a reflorestação de área ardida na região, enquanto o projeto da APELA visa melhorar a qualidade de vida de doentes retidos em domicílio, através da dinamização de uma equipa itinerante multidisciplinar.

Mais especificamente, o projeto apresentado pela ARCIAL proporciona dois benefícios complementares à comunidade onde se insere a partir de uma única ação. É que ao propor a participação de jovens com deficiência num projeto socialmente útil, como é a reflorestação, está igualmente a contribuir para recuperar as zonas da região afetadas pelos incêndios do último verão em Portugal. Na base do projeto está a formação e a integração de jovens com deficiência em trabalhos de germinação de árvores autóctones em estufa, com o objetivo de contribuir posteriormente para a reflorestação de área ardida na região. Dessa forma é potenciada a capacitação dos jovens para a inclusão social e a sua reintegração no mercado de trabalho, transmitindo ao mesmo tempo valores associados à sustentabilidade.

Já o projeto da APELA inclui uma componente de apoio direto aos doentes que estejam já sob limitações profundas causadas pela doença e uma outra componente associada à prevenção. A



instituição pretende dinamizar uma equipa itinerante multidisciplinar, com o objetivo de prevenir e retardar os sintomas evolutivos da doença, como a perda de mobilidade, da fala, da deglutição e da respiração. Está prevista também a disponibilização de soluções tecnológicas de comunicação criadas a pensar nos pacientes retidos no domicílio, que ajudem a melhorar a resposta social a uma necessidade específica.

O BPI distinguiu ainda os projetos de outras 18 instituições com menções honrosas de um universo de 224 candidaturas, com o júri a selecionar aos 20 melhores projetos em termos de sustentabilidade, inovação e impacto social.

A saber: ARCIAL (31.587 euros); APELA (50.000); ARIA - Associação de Reabilitação e Integração Ajuda (50.000); CERCIPENELA - Cooperativa para a Educação e Reabilitação de Cidadãos Inadaptados de Penela, CRL (33.160); APPACDM de Coimbra (47.659); MADI de Vila do Conde - Movimento de Apoio ao Diminuído Intelectual (48.006); Federação Portuguesa de Desporto para Pessoas com Deficiência (49.900);

Pais em Rede Associação (28.533); Centro Social e Cultural S. Pedro de Bairro (37.779); Associação Histórias para Pensar - Projecto Mãos que Cantam (34.120); AFPAD - Associação Famalicense de Prevenção e Apoio à Deficiência (50.000); Novamente - Associação de Apoio ao Traumatizado Crânio-Encefálico e Sua Família (17.413); CAPITI - Associação Portuguesa para o Desenvolvimento Infantil (40.000); APPACDM de Portalegre (39.737); Associação Rumo à Vida (15.016); Comissão de Apoio Social e Desenvolvimento de Santa Catarina (43.669); APN - Associação Portuguesa de Neuromusculares (37.905); CERCIMA (13.776); AAMA - Associação de Atividade Motora Adaptada (7.550); e APPACDM de Setúbal (24.1921).

Criado em 2010, o Prémio BPI Capacitar já atribuiu mais de 4,6 milhões de euros a instituições sem fins lucrativos para a implementação de 145 projetos de inclusão social que contribuem diariamente para melhorar a qualidade de vida de mais de 32 mil beneficiários diretos em todo o território nacional.

## APCC, COIMBRA

## «Isto não é uma exposição» juntou arte e terapia

A Associação de Paralisia Cerebral de Coimbra (APCC) proporcionou um encontro entre a terapia ocupacional e a arte, que decorreu, a três tempos, no Convento São Francisco.

Através de uma visita guiada e de um Experimentário, os visitantes puderam perceber como objetos comuns do quotidiano precisam de ser adaptados para serem usados por pessoas com deficiência, mas também assistir e participar em jogos e num mini-espetáculo inspirados por esses mesmos objetos.

Foi assim que se descobriu, por exemplo, que as colheres usadas nas rotinas de

alimentação são todas dobradas na sua nova forma pelo «Homem mais forte do mundo» ou, pelo menos, é isso que a imaginação pode permitir supor.

A guiar o público estiveram mais de 20 utentes da instituição e as professoras de teatro e terapeutas ocupacionais de quem surgiu a ideia para «Isto não é uma exposição». Da dinâmica gerada e da participação do público se construiu algo que, por não ser uma exposição, foi uma experiência de participação e de interações variadas.

No final, todos terão podido tirar algumas conclusões sobre questões como o que são

verdadeiramente obstáculos, como os superar ou o que representa ser autónomo.

A iniciativa está integrada no projeto da APCC denominado «E se o mundo não for como costuma...», financiado pelo Instituto Nacional de Reabilitação, através do Programa Nacional de Financiamento a Projetos 2017.

A terapia ocupacional e o desenvolvimento de atividades ligadas ao campo artístico são duas das respostas da APCC enquanto instituição que fomenta a inclusão, em que integra ainda a reabilitação, a formação ou as unidades residenciais, entre muitas outras.

CENTRO JOVEM TEJO, PALMELA

# Modo de financiamento é o problema das comunidades terapêuticas

“Obrigado por me ter devolvido o meu filho”. São agradecimentos como este que fazem Elísio Barros, mentor e fundador da Associação Centro Jovem Tejo, continuar o projeto que começou há quase três décadas, apesar das enormes dificuldades, que advêm principalmente na forma de financiamento. Apostar nos afetos tem sido o segredo do sucesso da comunidade terapêutica, que desde 2010 se especializou no tratamento e recuperação de jovens. “É preciso dar-lhes colo, deixá-los falar e ouvi-los”, defende Elísio Barros.

Foi em 1989 que, em resposta a um apelo feito à sociedade civil pelo Governo no decorrer de um seminário, que Elísio Barros, professor e a trabalhar na altura no Instituto de Reabilitação Nacional, decidiu criar uma instituição que respondesse ao consumo de substâncias tóxicas em Portugal.

“Juntei mais de 20 amigos em casa e propus-lhes criar uma instituição cujo objetivo primeiro fosse a prevenção do consumo de substâncias tóxicas e, como segundo, a mais longo prazo a recuperação de pessoas dependentes de substâncias tóxicas”, recorda.

Assim, nasceu em Almada, onde morava na altura, a Associação Centro Jovem Tejo: “Centro porque se queria que fosse um espaço de encontro, Jovem porque se destinava ao trabalho com jovens e Tejo porque a minha casa estava praticamente em cima do rio Tejo, que significa longevidade e beleza”.

Finais dos anos 1980 eram tempos em que o consumo de substâncias estava em crescimento exponencial em Portugal e em que a informação escasseava!

Inicialmente, “o objetivo principal era chegar às escolas e dizer aos professores, aos pais e aos jovens que há alternativas, que não precisam de prejudicar as vidas e que há formas de obter prazer sem se dependência” e, ainda sem sede, o grupo que juntara para fundar a instituição, iniciou a realização de ações informativas em escolas secundárias, com os professores, pessoal auxiliar e alunos, para “passar a mensagem da prevenção do consumo de substâncias”.

Foi assim ao longo de um ano de Amarante a Faro. “A nossa aposta era essencialmente em conversas com pais e professores no sentido de ficarem atentos aos primeiros sinais de consumo”.

Até que numa dessas sessões, “houve uma mãe que no final disse que tinha gostado muito, que a mensagem da prevenção é muito bonita, mas que tinha um filho em casa que estava cheio de dores e não sabia o que lhe fazer”.

Este foi o clique para o passo seguinte e para o que hoje é a comunidade terapêutica «Luís



Barros», do Centro Jovem Tejo, na Quinta do Anjo, em Palmela.

Encaminhado o caso para o também recente na altura Centro das Taipas, a primeira instituição oficial de tratamento, “aquilo ficou a mexer” com os responsáveis da Associação.

“Tínhamos que acudir aquelas famílias, porque o Centro das Taipas não chega para tudo. Então, decidimos começar a pensar em como criar uma estrutura de acolhimento, com técnicos, que pudesse de alguma forma minimizar o sofrimento e dar resposta aos pedidos que havia”, recorda Elísio Barros.

Com o apoio do Projeto Vida e com o projeto terapêutico aprovado, faltava um local para o poder desenvolver uma comunidade terapêutica de acolhimento de adultos, dos 18 até aos 50 anos.

Depois de algumas experiências em diversos locais, em Setúbal, no Barreiro e, finalmente na Quinta do Anjo, a postura foi sempre

a de que “as drogas não são o problema, o problema são as razões que levam as pessoas a consumir”.

O arranque deu-se com apenas 10 utentes, seguindo o modelo técnico da Organização Mundial de Saúde (modelo bio-psico-social), que implica a presença de técnicos de psiquiatria, psicologia, enfermagem, serviço social e outros.

“Como o número de técnicos era uma carga muito grande para apenas 10 utentes, decidimos que tínhamos que aumentar a capacidade”, passando a instituição, em 1994, para as instalações onde ainda está hoje.

Funcionava como Comunidade Residencial de Estada Prolongada, como se chamava à altura, e paralelamente, tinha uma equipa de rua para troca de seringas, ou seja, manteve uma equipa de prevenção, criou uma equipa de rua para tentar tirar os jovens de lá, ergueu a comunidade terapêutica e passou a ter um

apartamento de reinserção no Barreiro.

Foi nestes moldes que até 2010 a instituição funcionou, com uma capacidade de 25 camas, mas com apoio apenas para 21.

“A nossa política sempre foi no sentido de que os quatro utentes fora do apoio não pagam mais nem menos do que os outros. Sendo que muitos nunca pagaram qualquer valor, porque sendo carenciados ou sem-abrigo não tinham como o fazer. Foi sempre a Segurança Social que completou os tais 80% que o Ministério da Saúde nos fazia chegar por via da convenção”, explica Elísio Barros, lamentando: “E ainda é assim até hoje!”.

Mais à frente já se perceberá melhor as razões de lamento do presidente do Centro Jovem Tejo.

Inicialmente, a comunidade terapêutica tinha programas direcionados alcoólicos, mães com filhos, dependentes de heroína e jovens.

“Este programa para jovens era para receber dois a três utentes apenas, mas, há coisa de seis, sete anos, a CPCJ, os tribunais e a própria Segurança Social começaram a pedir-nos camas para internamento de jovens. E concluímos que não era possível compatibilizar o tratamento de adultos com o dos jovens. Por isso, à medida que os adultos foram saindo, deixámos de admitir adultos e especializámo-nos no trabalho com os jovens”, recorda Elísio Barros, que define a instituição como “uma comunidade terapêutica especializada em adolescentes e jovens, com comportamentos aditivos de droga e álcool”.

Recebem jovens oriundos de todo o País, ilhas incluídas, sinalizados pelas CPCJ e encaminhados pelo tribunal.

Esta adaptação acabou, no fundo, por dar uma resposta específica a um problema mais global, mas global é também a grande dificuldade de financiamento que este tipo de instituições tem, em virtude da participação que recebem é por via de uma convenção com o Ministério da Saúde (MS).

“É uma situação que tenho tentado reverter mas que é muito difícil. A maior parte das IPSS têm acordos de cooperação, que dá alguma estabilidade à instituição, mas nós aqui trabalhamos mensalmente e à cabeça. Ou seja, se hoje tiver 20 jovens internados, o MS paga os 20, mas se no mês que vem tiver só 15 só recebemos por 15. Isto obriga-nos a olhar para o corpo técnico e equacionar a dispensa de alguém. Não tendo um acordo de cooperação, dificulta muito as coisas”, explica, acrescentando: “Por exemplo, houve uma altura em que tínhamos apenas sete jovens e uma equipa com um psiquiatra, um enfermeiro e três psicólogos e não tinha dinheiro para lhes pagar, pelo que houve dispensas de pessoal. Um mês e meio depois tinha a casa quase cheia. Isto não cria estabilidade na equipa e nem nos utentes. Este é o principal problema desta casa, porque podendo ocupar 25 camas, era importante ter uma equipa permanente, que pudesse dar continuidade ao que se faz. Isto obriga-nos a fazer contratos de três meses, porque não sabemos se amanhã temos utentes suficientes para assegurar a equipa”.

Para Elísio Barros, “esta instabilidade é o grande problema destas comunidades



terapêuticas”, recordando que já por uma vez a Direção reuniu com o encerramento da instituição em cima da mesa.

“Do Ministério da Saúde recebemos 10 mil euros por mês e só em salários são oito mil. Como é que se aguenta uma casa assim?”, questiona.

Depois a instabilidade no corpo técnico também se reflete nos utentes, cuja principal necessidade é o afeto e o carinho.

“A solução para estes jovens está nos afetos, por isso temos as portas abertas e não temos fugas. Eles aqui são tratados como pessoas. Chegam aqui sem regras e sem horários, mas aqui isso não existe. Aqui há uma espécie de conceito de família e ainda de hierarquia. Por exemplo, ninguém começa a comer sem todos estarem servidos, sentados, em silêncio e se desejar bom apetite. E quando chegam a casa são eles próprios que tentam disciplinar as famílias! Ou seja, transportam para casa estes valores e estas normas”.

Segundo Elísio Barros, que é também o diretor-técnico do Centro, “os afetos e as carências afetivas que estes miúdos têm é o que os leva aos consumos, mas são essas mesmas razões que os prendem ao tratamento, porque sentem que têm o que não tinham na família nem nos amigos”.

E se os aspetos técnicos são importantes, fundamental é “trabalhar com muito afeto”, por isso Elísio Barros tem por premissa “pegar-lhes ao colo, falar com eles e ouvi-los”.

E porque, “de uma maneira geral, as famílias amam e não abandonam os seus filhos”, o processo de recuperação destes jovens tem três vértices: “Nós, eles e as famílias. Este triângulo tem que estar sempre em perfeita união e sintonia. Eu não posso decidir nada sobre a vida de um utente sem ouvir a família, tal como a família também não decide nada sem nos ouvir a nós. Apesar destes miúdos estarem sob a minha responsabilidade, decidida pelo tribunal, eu não demito a família, porque quero que ela continue a ser a família, nem admito que ela



se demita”.

Atualmente, estão no Centro Jovem Tejo 17 jovens na comunidade terapêutica, cinco no apartamento de reinserção no Barreiro e para já ainda nenhum no apartamento de autonomia, preparado para oito utentes, porque apenas dois jovens estão prontos para o ocupar, mas não é sustentável deslocar um técnico para lá por apenas esse número de utentes.

Para estes jovens internados há um corpo técnico de um psiquiatra, seis monitores e um psicólogo. “É mais ou menos, um colaborador para dois pacientes”, nota o presidente.

Para além do condicionamento financeiro, com constantes saldos negativos e pedidos de empréstimo à banca, a instituição depara-se ainda com outros dois dilemas: “O tempo legal para tratamento, que numa primeira fase são seis meses, findo o qual normalmente é revisto e prolongado por mais seis meses e pode andar assim até à maioridade; e, um problema maior, que advém da nossa convenção com o Ministério da Saúde, que apoia no máximo durante um ano e meio, ou seja, se entra aqui um jovem com 15 até aos 18 são três anos, mas o Ministério só apoia ano e meio. Aqui é preciso que o tribunal volte a decidir que o jovem cá fica e é necessário voltar a pedir apoio ao Ministério”.

Difícilmente até pode chegar e até pode nem ser necessário tanto tempo, mas como diz Elísio Barros, “a encomenda que o Ministério da Saúde faz é que recuperemos o jovem em ano e meio!”.

## MENSAGEM DE ANO NOVO

# Presidente pede prudência para o futuro

Na mensagem de Ano Novo, o Presidente da República avisou que os sucessos de Portugal na economia e finanças colocam “fasquias mais altas” no combate à pobreza e aconselham “prudência no futuro”.

Na tradicional mensagem de Ano Novo, Marcelo Rebelo de Sousa elegeu a palavra “reinvenção” como a “palavra de ordem” de 2018, depois de um ano “estranho e contraditório”, marcado “sobretudo pelas tragédias dos incêndios”.

O Presidente da República defendeu que 2018 terá de ser o “ano da reinvenção” da confiança, advertindo que os portugueses precisam de ter a certeza de que, “nos momentos críticos, as missões essenciais do Estado não falham”.

Depois de identificar as “reconfortantes alegrias” e as “profundas tristezas” que dominaram o ano de 2017, o Presidente da República pediu uma “reinvenção com verdade, humildade, imaginação e consistência”, que passe pela “redescoberta” de “vários Portugais, esquecidos, porque distantes, dos que, habitualmente, decidem, pelo voto, os destinos de todos”. Marcelo Rebelo de Sousa apontou vários desígnios para 2018, o primeiro dos quais “converter

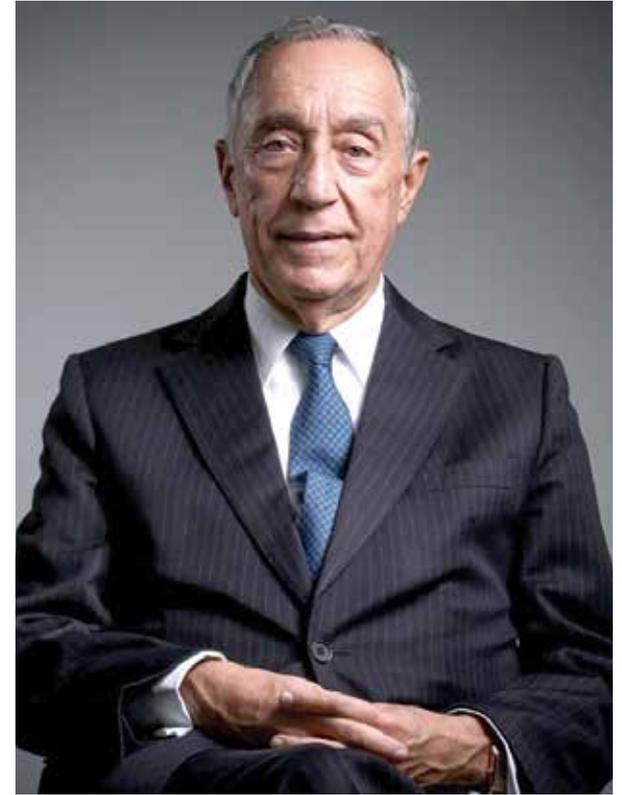
as tragédias” vividas no país em “razão mobilizadora de mudança, para que não subsistam como recordação de irrecuperável fracasso”. “Temos de afirmar nesta exigente frente de luta coletiva a mesma vontade de vencer que nos fez recusar a resignação de uma economia e de uma sociedade condenadas ao atraso e à estagnação. Temos de superar o que de menor nos divide para afirmar o que de maior nos une”, declarou.

Segundo o chefe do Estado, a necessidade de reinvenção reflete a “palavra de ordem que vem do povo”, do “mais sofrido, do mais sacrificado, do mais abnegado”.

No balanço que fez do ano de 2017, Marcelo Rebelo de Sousa destacou os indicadores positivos da economia e das finanças públicas, “como se de um sonho impossível se tratasse”.

Porém, permitiu “a Portugal apresentar como exemplo a determinação dos portugueses”, destacou, sublinhando que “ninguém imaginaria, há menos de dois anos, poder partilhar tão rápida e convincente mudança”.

Marcelo Rebelo de Sousa considerou que a mudança foi “sem dúvida iniciada no ciclo político anterior, mas confirmada e acentuada neste”.







## ECONOMIA SOCIAL

SOFTWARE ESPECÍFICO

MAIS DE 3000 CLIENTES

GESTÃO ADMINISTRATIVA, FINANCEIRA E OPERACIONAL

---

SOFTWARE PARA VÁRIAS RESPOSTAS SOCIAIS

(Licenciamento e SaaS)

---

PLATAFORMAS WEB, PORTAIS e SOLUÇÕES DE DESIGN

PROCESSO INTEGRADO UTENTE

IMOBILIZADO	SÓCIOS	UTENTES	PROCESSO CLÍNICO E SOCIAL	REGISTO DE ATIVIDADES DIÁRIAS
RECURSOS HUMANOS	CONTABILIDADE	STOCKS, ECONOMATOS COZINHAS E LAVANDARIAS	CLÍNICA	PORTAL SOCIAL
ESCALAS DE SERVIÇOS	TESOURARIA	SALÁRIOS	UNIDADES DE CUIDADOS CONTINUADOS	INTERNAMENTO
APOIO DOMICILIÁRIO	VIATURAS	MAILING	PRESCRIÇÃO ELETRÓNICA	BLOEO OPERATÓRIO

ÁREA SAÚDE

O Novo Regulamento Geral de Proteção de Dados

entra em vigor em maio de 2018.

SAIBA MAIS SOBRE O ASSUNTO.

INSCREVA-SE NOS SEMINÁRIOS SOBRE O TEMA em [www.f3m.pt](http://www.f3m.pt)

consulte o PLANO DE FORMAÇÃO 2018




F3M Information Systems, S.A. | [contacto@f3m.pt](mailto:contacto@f3m.pt) | [info@f3m.pt](mailto:info@f3m.pt) | Tel. (+351) 253 250 300 . (+351) 213 636 271 | [www.f3m.pt](http://www.f3m.pt)

Head Office, Braga | Lisbon Branch, Lisboa | Moçambique Branch, Maputo | Angola Branch, Luanda





SETOR SOCIAL SOLIDÁRIO

# IPSS são pilar incontornável do Estado Social em Portugal

As IPSS foram durante muito tempo quem deu (e ainda dá) a mão, o colo e de comer à população mais desfavorecida e são nos dias que correm um pilar fundamental na implementação das políticas sociais a que o Estado está obrigado. Elemento incontornável do Estado Social nascido com a Democracia, o Setor Social Solidário não nasceu por decreto, mas impõe-se ao País, ao Estado e à população como uma realidade dinâmica e a almofada social sempre presente nos bons e nos maus momentos. Por isso, generalizar e diabolizar todo um setor por um número residual de casos de polícia, não é sensato e muito menos justo para milhares de pessoas que dão o seu melhor, muitos voluntariamente, em prol do(s) outro(s).

Na sequência do recente caso envolvendo a Associação Raríssimas, largamente noticiado e escalpelizado (leia-se, comentado), em muitos casos sem qualquer conhecimento de causa, tanto na Comunicação Social, como nas redes sociais, houve uma espécie de tentativa de olhar o Setor Social Solidário como bode expiatório. Imprudentemente, tentou-se generalizar o que não é generalizável.

Como referiu em nota publicada no site da Presidência da República, após um encontro com a CNIS e a União das Misericórdias Portuguesas, Marcelo Rebelo de Sousa vincou “a ideia de não poder ser feita uma generalização destes casos”.

Neste sentido foi também a intervenção do primeiro-ministro, no habitual debate quinzenal no Parlamento, falando em nome do Governo.

“Não diabolizamos a ação das IPSS em geral a propósito de um caso concreto, nem diabolizamos a atividade de uma associação por factos eventualmente ilícitos praticados por uma dirigente dessa associação”, asseverou António Costa, que lembrou ainda que, apesar das muitas críticas, “ninguém ousou pôr em causa a qualidade do serviço que as IPSS prestam”.

O apelo para que “não se confunda a árvore com uma promissora floresta”, palavras das organizações da Economia Social portuguesa, em nota à Imprensa, refuta a generalização quando, segundo o Presidente da República, “a grande maioria delas (IPSS) trabalha de forma séria e dedicada, merecendo a confiança dos Portugueses no voluntariado e no trabalho dessas instituições sociais”.

Lancemos, então, um olhar sobre essa floresta para melhor percebermos o seu papel na sociedade portuguesa.

Presentes em todo o território nacional, desde a mais recôndita e pequena aldeia do Nordeste Transmontano até à ilha mais ocidental do Arquipélago dos Açores, as cerca de cinco mil IPSS superam em número, por exemplo, as



Freguesias, que em 2016, depois da reorganização administrativa, eram 3.092.

A capilaridade é uma das grandes mais-valias das instituições sociais, pois nascidas das comunidades é junto delas que se mantêm, desenvolvem a sua atividade e, muito importante, ajudam ao desenvolvimento e coesão territorial.

A sua ação é transversal a toda a sociedade e está, axiológica e preferencialmente, centrada nas faixas da população que mais precisam e que menos têm.

Sendo também instituições sem fins lucrativos, têm respostas para acolhimento institucional para crianças e jovens em perigo, alojamento social de emergência, cantinas sociais, casas abrigo, centros (de acolhimento, de convívio, de dia e de noite para pessoas idosas, de apoio à vida e a toxicodependentes, de apoio familiar

e aconselhamento parental, de comunitários e protocolares, de atividades ocupacionais e de tempos livres), creches, cuidados continuados integrados, jardins-de-infância, lares (nomeadamente de infância, juventude ou pessoas idosas), serviços de apoio domiciliário e ainda um conjunto de respostas (quase) criadas à medida para problemas e necessidades das comunidades. Já na área da deficiência, por exemplo, quase tudo o que se faz em Portugal é da responsabilidade direta das IPSS.

Em termos de Respostas Sociais tipificadas, segundo a Carta Social de 2015, o Setor Social Solidário registava: 2.673 Creches; 409 Centros de Atividades Ocupacionais (deficiência); 283 Lares Residenciais (deficiência); 2.086 Centros de Dia; 2.418 Estruturas Residenciais Para Idosos; e 2.707 Serviços de Apoio Domiciliário.

Mas a ação das IPSS vai mais longe, tocando todas as faixas da população através das inúmeras respostas sociais que dão resposta a populações-alvo: Crianças e jovens; crianças, jovens e adultos com deficiência; pessoas idosas; família e comunidade; pessoas toxicodependentes; pessoas infetadas com VIH/Sida; ou pessoas com doença do foro mental.

## VALOR ECONÓMICO

No conjunto, o Setor Social Solidário dá resposta a mais de meio milhão de pessoas e emprega cerca de 200 mil trabalhadores, sendo que em muitas localidades as instituições sociais são os grandes empregadores, ou seja, o sustento de muitas famílias e o grande motor de desenvolvimento de territórios cada vez mais esquecidos e desertificados, especialmente no Interior do País.

A estes números, e só dentre as 2959 associadas da CNIS, somam-se mais de 32 mil dirigentes voluntários, dos quais um número muito residual (menos de 5%) o não são, ou seja, porque são remunerados pelas funções de Direção.

Por outro lado, e de uma forma mais global, de acordo com os dados da mais recente Conta Satélite da Economia Social, de 2013, a Economia Social representava 2,8% do Valor Acrescentado Bruto (VAB) nacional, 5,2% das remunerações, 6% do emprego remunerado e 5,2% do emprego total.

Em termos de VAB, a Ação Social, ou seja o Setor Social Solidário, representa quase 45% (1.879 milhões de euros) e, apesar de contabilizar apenas cerca de 9,1% das entidades da Economia Social (que eram em 2013 mais de 61 mil), regista, entre estas, 54,6% do emprego remunerado.

Já a propósito das transferências do Estado para as instituições, ao abrigo do Compromisso de Cooperação para o Setor Social Solidário, vertido nos Acordos de Cooperação, ao contrário do que muitos pensam, elas não atingem os 50%. Se no conjunto da Economia Social esse valor se fixa nos 26,7%, no Setor Social Solidário anda à volta dos 47%, o que refuta a ideia de este ser um setor subsídio-dependente.

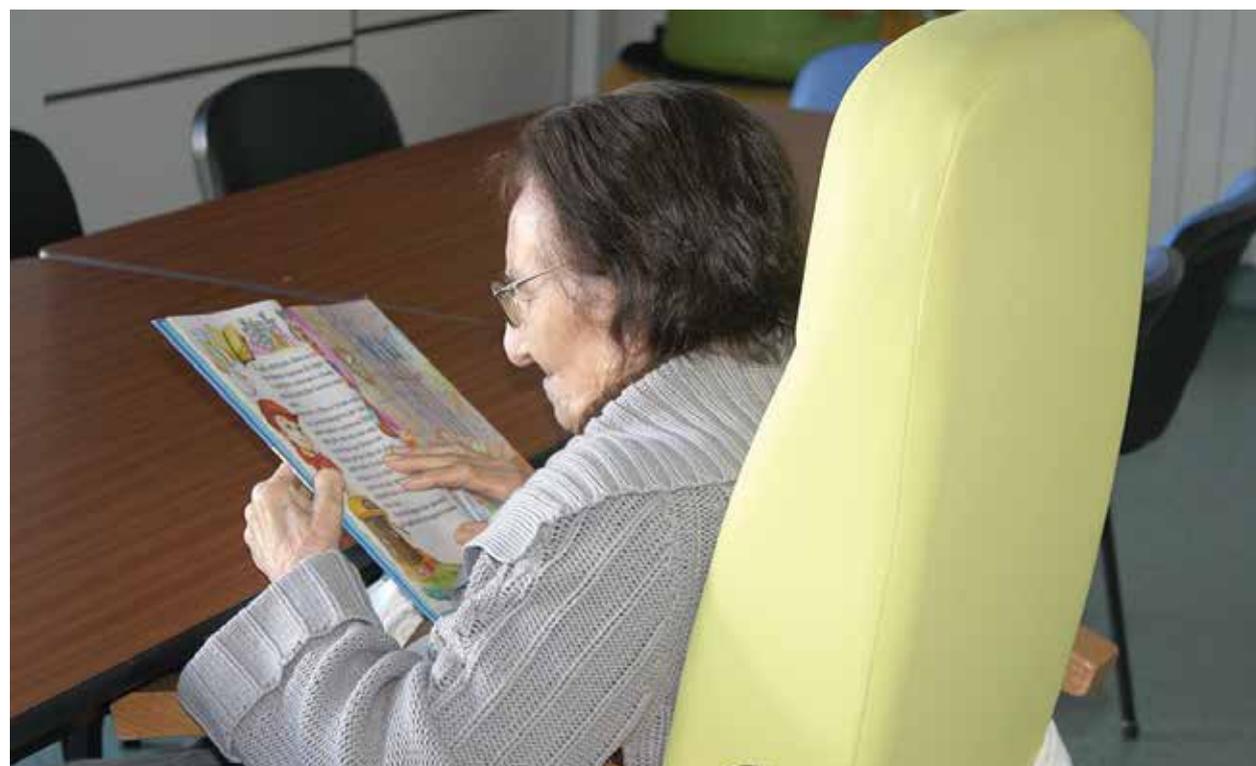
Refira-se a este propósito que, ainda segundo a Carta Social, no ano 2000 foram transferidos ao abrigo dos Acordos de Cooperação por população-alvo menos de 800 milhões de euros, um valor que foi crescendo paulatinamente, fixando-se em 2015 abaixo de 1,3 milhões de euros.

Por tudo isto é evidente o papel fundamental que milhares de organizações, dirigentes, trabalhadores e voluntários têm no contributo para um pilar cada vez mais estruturante da sociedade portuguesa, e um dos que mais contribui, senão o que mais contribui, para uma maior justiça social.

## ENQUADRAMENTO LEGAL

Na já referida nota da Presidência da República, o Chefe de Estado destacou “a necessidade de complementaridade entre o Estado e o Setor Social Solidário”, que de forma mais consistente e coerente vem sucedendo há mais de quatro décadas.

Façamos, então, um pouco de história para melhor perceber o Setor Social Solidário e o seu incontornável papel no Estado Social que temos



em Portugal.

Entidades nascidas da sociedade civil, as Instituições Particulares de Solidariedade Social, apesar de só recentemente assim serem designadas, têm séculos de história e não é necessário recorrer apenas ao exemplo das Misericórdias. Muitas instituições emanadas da vontade das populações ou de benfeitores contam mais de 100 anos, na busca do bem-fazer e de ajudar os desvalidos da vida.

Esta realidade bem portuguesa das IPSS, cuja originalidade não encontra par na Europa dos Estados sociais, consolidou-se ao longo dos tempos e o Estado Português sempre a acolheu como elemento complementar na ação social a que está obrigado.

Se antes do 25 de Abril de 1974 o seu enquadramento jurídico era feito através do Código Administrativo e do Estatuto da Saúde e Assistência (Lei 2120, de 19 de julho de 1963), com o dealbar da Democracia este universo, que acabaria por crescer exponencialmente com os

anos, foi sendo plasmado e alicerçado em diversa e sucessiva legislação.

A começar pela Constituição da República, logo na sua primeira redação, de 1976, que no seu Artigo 63º, depois de reconhecer que “todos têm direito à segurança social”, acrescenta no ponto nº 3 que “a organização do sistema de segurança social não prejudicará a existência de instituições privadas de solidariedade social não lucrativas, que serão permitidas, regulamentadas por lei e sujeitas à fiscalização do Estado”.

É isto aconteceu por imposição da realidade, uma vez que havia já um vasto rol de instituições à margem do Estado que desenvolvia ação social, num tempo em que o Estado era bastante omissivo.

A lei fundamental do País reconhecia assim a vigorosa realidade que constituía, em Portugal, a iniciativa da sociedade civil nos amplos domínios da solidariedade social.

É é nesse sentido que, três anos volvidos,

o Ministério dos Assuntos Sociais emana o Decreto-lei nº 519-G2/79, que aprova e publica o estatuto das, então ainda chamadas de, Instituições Privadas de Solidariedade Social.

Dois anos depois nascia a 15 de janeiro a CNIS, à altura ainda denominada UIPSS (União das Instituições Privadas de Solidariedade Social).

Aquele diploma seria revogado quatro anos passados, pelo Decreto-Lei nº 119/83, que aprovou o estatuto das Instituições Particulares de Solidariedade Social, que recebeu, em 2014, a quinta e mais recente alteração, através do Decreto-Lei nº 172-A/2014, que hoje está em vigor.

Com a redação do Decreto-lei nº 119/83, “desenvolveu-se, por este modo, o processo de autonomização das instituições e de distanciamento do velho regime da tutela administrativa das antigas «instituições particulares de assistência», já iniciado com a publicação do Decreto-Lei n.º 519-G2/79, ainda que sem prejuízo do exercício dos poderes constitucionais de regulamentação e fiscalização que ao Estado competem”.

Consagrado, pela Carta Magna, “o direito de livre constituição de Instituições Particulares de Solidariedade Social não lucrativas, tendo em vista a prossecução de objetivos de segurança social, nomeadamente através do desenvolvimento de atividades de ação social de apoio à família, infância, juventude, população com deficiência e à terceira idade”, o Setor Social Solidário tem florescido, acudindo a cada vez mais pessoas e dando mais, melhores e inovadoras respostas às necessidades das populações, em especial das mais desfavorecidas.

Por outro lado, com o reconhecimento constitucional da Economia Social – a propriedade dos meios de produção é atribuída aos setores público, privado e cooperativo e social –, o Setor Social Solidário ganha conforto legal por outra via.

Mais recentemente, através da Lei 30/2013, de 8 de maio, mais conhecida por Lei de Bases da Economia Social, este setor ganha nova força, a que não são também alheias as mais recentes movimentações das organizações que a integram, como seja a constituição da Confederação da Economia Social Portuguesa, a criar até 31 de Março de 2018.

Apesar de não regular diretamente as IPSS, a Lei de Bases da Economia Social abre novos campos de ação às IPSS e clarifica algumas situações que até àquela data levantavam dúvidas.

## COOPERAÇÃO COM O ESTADO

É, assim, neste cenário e num quadro de complementaridade e subsidiariedade que a relação de cooperação entre o Estado e as IPSS tem vindo a construir-se.

Em 20 de Maio de 2017 assinalaram-se 25 anos do Despacho Normativo nº 75/92, em que o Ministério do Emprego e Segurança Social estabeleceu as normas reguladoras de cooperação entre os Centros Regionais de Segurança Social e as Instituições Particulares de Solidariedade Social, revogando os despachos nº 12/88 e nº 118/84.

“A cooperação entre os centros regionais e as instituições tem por finalidade a concessão de prestações sociais e baseia-se no reconhecimento e valorização, por parte do Estado, do contributo das instituições para a realização



dos fins da ação social, enquanto expressão organizada da sociedade civil”, pode ler-se no documento.

Este é um diploma que surge depois da tentativa de municipalização das políticas sociais e de um longo período de tempo em que as negociações entre as IPSS e o Estado eram feitas através de técnicos da Segurança Social.

A consolidação do novo caminho de cooperação iniciado com o Despacho Normativo nº 75/92 ganhou outra dimensão quando, a 19 de dezembro de 1996, foi assinado o Pacto de Cooperação para a Solidariedade Social, pela CNIS (então UIPSS), Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP), a Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), a União das Misericórdias Portuguesas (UMP) e a União das Mutualidades Portuguesas (UMP).

Esta relação entre o Estado e o Setor Social Solidário tem vindo a ser renovado periodicamente – nos últimos tempos de dois em dois anos e alargado aos ministérios da Saúde e da Educação – e é o reforço do reconhecimento do importante e insubstituível papel das instituições sociais na aplicação e disseminação das políticas sociais.

E o que os anos e os resultados têm vindo a mostrar é que as IPSS são peça incontornável do Estado Social, nascido em Abril de 1974, e que o Setor Social Solidário é hoje uma realidade cada vez mais essencial ao futuro desse Estado Social, que almeja levar a solidariedade a todos os que precisam.

Esta é uma relação de compromisso com dois sentidos, uma realidade assumida e reconhecida por todos e que não pode ser posta em causa por um número residual de casos de polícia, pondo-se, imprudentemente, em cheque milhares de utentes, milhares de trabalhadores e milhares de voluntários.

“A necessidade de complementaridade entre o Estado e o Setor Social Solidário”, como referiu o Presidente da República, é essencial à prossecução das políticas sociais traçadas pelo primeiro e implementada pelo segundo, “sendo certo”, ressaltou, “que cabe ao Estado assegurar um acompanhamento rigoroso e próximo

do funcionamento destas instituições, quer na qualidade dos serviços prestados, quer no bom e rigoroso uso dos fundos públicos postos à sua disposição”.

E se muitas das críticas, grande parte infundada, se prenderam com a organização das instituições e a (pseudo) falta de fiscalização por parte do Estado à atividade das instituições, os números e a experiência de quem está ao leme das IPSS desmentem-no categoricamente.

Entre 2015 e novembro de 2017, o Instituto de Segurança Social (ISS) realizou 1.615 ações de fiscalização a Instituições Particulares de Solidariedade Social, tendo apresentado ao Ministério Público 71 propostas de destituição dos corpos gerentes das associações e 46 de suspensão de acordo de cooperação.

Das 1.615 ações de fiscalização a um universo de cerca de cinco mil IPSS, 588 foram auditorias jurídicas e financeiras. De acordo com os mesmos dados, foram ainda levantados 1.710 autos de contraordenação e detetados 61 ilícitos criminais.

Ora bem, não podemos esquecer que estamos no âmbito da atividade humana e que a tentação para os pobres de espírito é sempre o caminho mais fácil.

Para obstar a que situações negativas ganhem terreno no seio das IPSS e com o fito na melhoria da prestação, organização e gestão das instituições, a CNIS tem promovido ao longo dos anos diversas ações de formação e capacitação de dirigentes e técnicos com o propósito de melhorar a eficiência da gestão das organizações, muitas vezes lideradas por gente de boa vontade e de grande espírito solidário, mas que nos dias que correm já não chega.

E quem conhece as IPSS sabe que a grande prioridade é a qualidade do serviço e o bem-estar dos utentes, daí a grande preocupação com a formação e a capacitação dos dirigentes, técnicos e demais funcionários, a melhoria das instalações e a permanente busca em melhorar e inovar as respostas face às necessidades do presente e aos desafios do futuro.



**PADRE JOSÉ MAIA**  
jose.maia@cic.pt

## 2018: Mais Justiça Social... Precisa-se!

Faz parte da tradição de fim de ano “fazer balanços” sobre tudo e mais alguma coisa! Ninguém (particular ou empresa) resiste à tentação de ostentar os êxitos do seu trabalho, o que, convenhamos, é humano e natural!

Porém (faz parte da dialética comunicacional), sempre que se publicam êxitos e progressos económicos, financeiros e outros, aparece alguém a mostrar o outro lado (o reverso) da leitura dessas boas notícias!

A título de exemplo, aqui fica esta notícia recentemente publicada no JN: “...os Sindicatos dos Trabalhadores Hoteleiros denunciou que os hotéis do Porto estão praticamente esgotados e que promovem um aumento de preço entre 16% e 45% e lamentam que desde 2011 não tenha havido nenhuma revisão salarial. No entanto, têm o cuidado em afirmar que “o Sindicato nada tem contra a atualização dos preços dos hotéis; o que não podem aceitar é que o patronato deixe para trás os trabalhadores”!

Já agora, e ainda em jeito de balanço de 2017, cá vai outra análise: apesar de o valor do salário médio se ter fixado em 861 euros, no terceiro trimestre de 2017, são ainda muitos os trabalhadores (822 mil) que terão de governar as suas famílias com um salário mínimo de 580 euros, só a partir de janeiro de 2018! Que pensar disto?

Sabemos que, em muitas pequenas empresas, não há mesmo grande margem de lucro que lhes

permita compensar com mais justiça os seus trabalhadores. Porém, já o mesmo se não dizer de muitas outras, de média e grande dimensão, que produzem riqueza suficiente para amortizar custos, criar uma almofada financeira para novos investimentos, restando ainda margem para repartir, com mais justiça e equidade, os lucros criados, com aqueles e aquelas que, dia-a-dia, ajudam a criar essa riqueza!

Não ingoramos que é muito pesada a carga fiscal sobre as empresas que garantem “trabalho com direitos”, retirando-lhes, por esta via, a possibilidade de pagar com mais justiça os salários que praticam. Aliás, e talvez por isso mesmo, não deixa de ser estranho que o anunciado aumento de rendimentos para 2018 seja feito mais à custa de políticas fiscais e sociais do que por uma prática de melhores salários que compensem o trabalho dos milhares de trabalhadores portugueses que, como é sabido, auferem salários em montantes financeiros aquém do que uma economia saudável deveria poder assegurar!

Agora que Portugal (e bem) começa a ser visto como um país em desenvolvimento económico e financeiro, com especial e destacada importância do crescimento do turismo e das exportações de bens e serviços (sobretudo tecnológicos), não deverão os Parceiros Económicos, Sociais, Financeiros e Políticos fazer um “sério exame de consciência”



sobre os “verdadeiros motivos das desigualdades sociais” que continuam a verificar-se no país?

Neste contexto, permito-me transcrever esta pequena passagem de um artigo de opinião recentemente publicado num dos nossos jornais diários (o jornal Público): “...um novo problema, que 2017 deixou claro, é a forma como o crescimento desmesurado das grandes empresas tecnológicas está a pôr em perigo o equilíbrio global. Os riscos têm-se manifestado essencialmente a três níveis: na acumulação desmesurada de capital sem correspondente investimento em fator humano, criando um excedente financeiro que os esquemas normais da economia não conseguem processar; na destruição de uma cultura que privilegia o método científico e valoriza o mérito...e na criação de desigualdades regionais, reforçadas por práticas monopolistas que engendram mecanismos de dependência que cruzam fronteiras e sustentam uma nova diplomacia...”

### AMÉRICA CENTRAL

## Eleições e instabilidade social

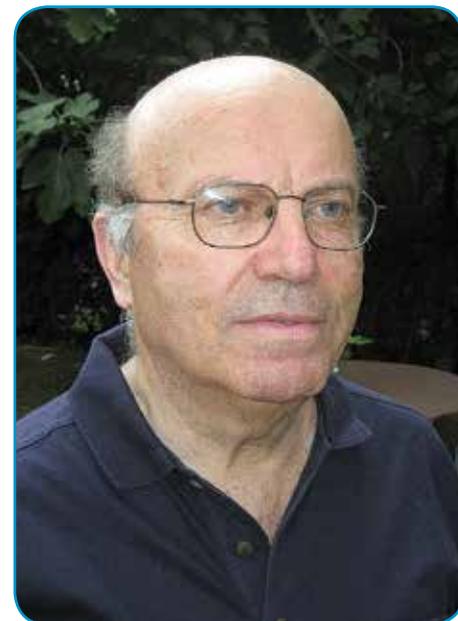
Entre os anos setenta e noventa do século passado, a América Central, foi objecto de grande interesse por parte da opinião pública internacional. Pelo menos, alguns dos países situados no istmo que liga a América do Sul à América do Norte tiveram, nesse período de tempo, um acompanhamento mediático que traduzia uma preocupação generalizada por aquilo que ia acontecendo naquela região. Tudo porque ali se travava uma guerra, embora indirecta, entre as duas superpotências que então dominavam o mundo: os Estados Unidos e a União Soviética.

Entre as batalhas ideológicas que deram rosto a essa guerra, algumas mereceram uma preocupação muito particular, como foi o caso dos conflitos que se travaram na Nicarágua e na República de El Salvador. No entanto, um outro estado da América Central veio recentemente chamar a atenção dos Media, embora por razões que não atingiram a gravidade daquilo que ocorreu naqueles dois países. Trata-se da República das Honduras, um país cuja história subsequente à proclamação da sua

independência, em 1821, ficou marcada pela instabilidade interna e pelas interferências externas, sobretudo pelas que tinham origem nos Estados Unidos.

Ainda recentemente, 2009, as Honduras conheceram uma crise política que foi protagonizada pelo então presidente da República, Manuel Zelaia, um homem que, originalmente tinha ligações à direita, mas que, paulatinamente, deu sinais de aproximação à esquerda dita bolivariana. O seu propósito de alterar a Constituição do país levou o Supremo Tribunal a decretar o seu afastamento do cargo e o seu exílio para a Costa Rica, numa decisão que teve o apoio das chefias militares. A crise foi aparentemente resolvida uns anos depois, com o seu regresso às Honduras, mas voltou à ribalta em 2017, a pretexto dos resultados das últimas eleições presidenciais.

Zelaia não concorreu directamente a este sufrágio, mas foi apoiante declarado de Salvador Nasralla, um candidato da oposição que terá perdido por uma pequena diferença para Juan Fernandez, o ainda presidente que se apresentava



**ANTÓNIO JOSÉ DA SILVA**  
ajsilva@sapo.pt

à reeleição. Desde então, ambos os dois concorrentes e os seu apoiantes reclamam o triunfo, e o país ficou suspenso do veredicto do Tribunal Eleitoral que acabou por confirmar a derrota de Nasralla e de Zelaia.

Apesar desse veredicto e da sua confirmação pela Organização dos Estados Americanos e pela União Europeia, os vencidos ainda não deram sinais de aceitação dos resultados, colocando o país num cenário que não será propício à paz e ao desenvolvimento. Mais uma prova de que, em certos países, o recurso a eleições pode constituir um factor de instabilidade social.

**HENRIQUE RODRIGUES**

*Presidente do*

*Centro Social de Ermesinde*



# A Liberdade de Associação

1 - Uma das coisas que me tem causado estranheza e perplexidade, em muitos processos, judiciais ou extra-judiciais, que têm ocupado o espaço público e mediático, é o facto de juízos, observações ou factos pouco abonatórios, quer para o emissor, quer para quem é objecto deles, constarem de suportes de informação físicos, seja em registo escrito, como a correspondência, electrónica ou tradicional, ou despachos escritos, seja em registo audiovisual, como o vídeo, ou fotografias, ou conversas telefónicas, estas passíveis de escuta e transcrição.

Essa prova física do que se disse inibe a desculpa fácil da negação do que fora dito, ou dos factos, já que a comprovação destes resulta óbvia do suporte físico e irrefutável do meio onde a informação circula.

A prova da realidade destrói, pela sua própria força, a negação dessa mesma realidade.

Constitui como que uma confissão de que o que foi dito, foi mesmo dito; e foi dito por aquela mesma pessoa que consta do vídeo, ou da escuta, ou da carta...

E razão ainda de “mor espanto”, como diria Camões, é o facto de muitas das personagens que emitem tais declarações serem gente habituada a lidar com os media e de ser suposto, portanto, deverem ter o conveniente comedimento na formulação ad extra de afirmações mais controversas ou comprometedoras.

O caso de escola é o de José Sócrates.

Não cuido agora de saber se Sócrates é ou não culpado, do ponto de vista criminal, no que toca aos factos pelos quais é acusado pelo Ministério Público – embora, como todos os portugueses, tenha sólidas convicções sobre esse ponto.

Não; do que se trata é da facilidade com que o antigo Primeiro-Ministro se deixou enredar, e deixou abundante rasto, em conversas e registos, de teor no mínimo equívoco, conversas essas abundantemente escutadas e transcritas e de que a comunicação social nos fez o favor de informar.

Independentemente da culpa criminal, ou da prova desta, e sem entrar, a este propósito, na questão de saber se tais escutas foram ou não lícitas e podem ou não servir como meio de prova, de uma coisa estamos certos: José Sócrates teve mesmo aquelas conversas que foram vindo à luz nos jornais e nas televisões, que ouvimos com a sua própria voz e que nos esclarecem, pelo menos, quanto ao carácter e aos valores morais da personagem.

O mesmo se diga do Apito Dourado, em que a ilicitude das escutas como meio de prova, tendo embora tido efeitos no arquivamento do processo, não deixou de causar um efeito semântico da língua, pelo enriquecimento polissémico de palavras como “fruta”.

Ou, ainda no futebol, não deixa de ser espantosa a ingenuidade de quem trata por escrito e nas redes, como se ficassem sempre nessas catacumbas, os diversos modos de persuasão dos árbitros – de que o acesso à correspondência electrónica, nas últimas épocas, de pessoas associadas ao Benfica constitui o mais recente e edificante exemplo.

2 - O recente episódio das “Raríssimas” veio-nos igualmente evidenciar um fenómeno do mesmo tipo.

Com efeito, antes mesmo do resultado das

averiguações que o Ministério Público e a Inspeção-Geral da Segurança Social irão levar a cabo, e que a seu e devido tempo se saberá, o que imediatamente causou impacto, de forma muito negativa, mas irremediável, na imagem pública da sua Presidente, foram as afirmações constantes de vídeos, em que a mesma estipulava as regras de tratamento e protocolo a que os trabalhadores se encontravam submetidos na sua relação consigo; e em que instituiu um legado sucessório da própria Instituição, em benefício de um herdeiro pessoal, como se de um bem próprio e disponível se tratasse.

Também não caiu bem uma observação, absolutamente despropositada, não mais do que uma bravata, no contexto, sobre o Presidente da República – quebrando a aparente unanimidade do País na avaliação superlativa do mandato presidencial, sem que se vislumbre o proveito da Instituição por essa afirmação pública de desafeição relativamente ao mais alto magistrado.

(Tal comentário, aliás, não ficou sem imediata resposta – sibilina - do visado, não obstante a reserva de pronúncia que tem mantido sobre o assunto.)

O registo em suporte escrito reforça a natureza exemplar – no mau sentido - do episódio; como se o agente se colocasse a si próprio acima do bem e do mal e nunca antes visse sequer como possível o efeito “boomerang” dos seus actos.

Desde as instruções ou sugestões escritas para que outros elementos da Direcção prescindissem do exercício das respectivas competências, concentrando todas estas na Presidência, até documentos explicitando, com pormenorização inútil, mesmo na sua perspectiva, a motivação oportunista para a contratação de um previsível futuro membro do Governo na área da Saúde, para acesso ao “guito”, nada falta no menu da imprudência e da exuberância discursiva.

3 - Ora, a “Raríssimas” é, do ponto de vista da sua natureza, uma associação – de solidariedade social, é certo; mas uma associação.

A ordem das palavras não é arbitraria: é uma “associação”, antes de ser “de solidariedade social”.

O direito de associação precede, na hierarquia constitucional, o direito a os cidadãos constituírem IPSS.

Com efeito, a liberdade de associação integra o Capítulo I – “Direitos, Liberdades e Garantias Pessoais”, do Título II – “Direitos, Liberdades e Garantias”, precedendo o direito à constituição de IPSS, consagrado no artº 63º da Constituição, disposição esta integrada num outro Título, o III – “Direitos e deveres económicos, sociais e culturais”, no Capítulo II – “Direitos e deveres sociais”, de menor densidade garantística.

Recordemos o que estabelece o artº 46.º da Lei Fundamental, justamente sobre a liberdade de associação:

“1. Os cidadãos têm o direito de, livremente e sem dependência de qualquer autorização, constituir associações, desde que estas não se destinem a promover a violência e os respectivos fins não sejam contrários à lei penal.”

“2. **As associações prosseguem livremente os seus fins sem interferência das autoridades públicas** e não podem ser dissolvidas pelo Estado ou suspensas as suas actividades senão nos casos

previstos na lei e mediante decisão judicial.”

Este direito de os cidadãos prosseguirem a actividade associativa, “livremente e sem dependência de qualquer autorização” da autoridade administrativa, integra o núcleo essencial do carácter democrático da nossa Constituição, do ponto de vista do estatuto da cidadania.

Tal formulação, e a conseqüente exigência da abstenção administrativa no livre modo de organização e funcionamento das associações, procurou constituir o justo contraponto do modelo de funcionamento desse direito durante o fascismo.

Na verdade, o artº 8º, 14 da Constituição de 1933 também assegurava o direito de associação – mas o § 2º da mesma disposição fazia depender o exercício desse direito de legislação especial.

E, como recordam as pessoas da minha idade, esse exercício concreto do direito de associação dependia da autorização e vigilância da autoridade administrativa e das polícias, que mantinham esbirros a assistir, interromper e intimidar os presentes em reuniões de associações.

É caso para análise mais aprofundada – e voltaremos a esse tema – o ponto de saber se, e em que termos, a “tutela” a que estão submetidas as IPSS constitui uma versão, embora mais envergonhada, daquele regime de supervisão administrativa de má memória que a nossa Constituição democrática quis rejeitar.

E como a tensão entre a liberdade e a autonomia, pelo lado democrático, e a fiscalização, pelo lado autoritário, se podem ou não compatibilizar.

Bem como o de avaliar se as acções de fiscalização a que estão sujeitas, por vezes de forma intrusiva, as Instituições não vão contra o conteúdo essencial da liberdade de associação, e a correspondente autonomia de gestão, que constituem garantia constitucional.

4 – Também nesta perspectiva, em que nos encontramos perante uma Associação/Instituição com reconhecida capacidade de captação de receitas junto da sociedade, e em que os chamados “dinheiros públicos” alegadamente constituem a parte minoritária delas, será revelador da tensão a que me refiro o resultado e o alcance da inspecção.

(A propósito, os pagamentos feitos pelo Estado em cumprimento de contratos, nas parcerias público-privadas ou em empreitadas de obras públicas, também são chamados “dinheiros públicos”, como nos acordos de cooperação, para o efeito de sequela pela Administração Pública, como condição de legitimidade para esta vasculhar todas as actividades das empresas que contratam com o Estado?)

Espero que, ao menos, o âmbito das conclusões não chegue ao nível das ementas; e estas não considerem uma não-conformidade que se sirvam gambas aos embaixadores, em vez de carapaus de escabeche.

UNITATE, VILA VIÇOSA

# Solidariedade institucional salva duas IPSS do desaparecimento

É a chamada solidariedade institucional. Perante a iminência de fecho de duas instituições do concelho de Évora, por falência financeira, a Unitate, de Vila Viçosa, disponibilizou-se para as absorver, recuperar e gerir, o que já fez, conferindo-lhes sustentabilidade e alargando a sua ação. “O segredo está na gestão”, afirma Tiago Abalroado.

Sedeada em Vila Viçosa, a Unitate – Associação de Desenvolvimento da Economia Social é uma IPSS de âmbito nacional, fundada em Outubro de 2013 e cujo principal objetivo passa pela promoção do desenvolvimento da Economia Social, mediante a prossecução de atividades e ações com vista à capacitação das instituições sociais.

“A Unitate é uma IPSS que rompe um bocadinho com a lógica comum do que é uma IPSS, ou seja, é uma IPSS atípica, principalmente porque a sua intervenção principal não é a ação social”, explicava, ao SOLIDARIEDADE, em 2015 Tiago Abalroado, presidente e criador da instituição, ao mesmo tempo que revelava que a instituição já tinha uma pequena atividade social, mais concretamente uma resposta de transporte social.

Porém, em 2016 este paradigma foi alterado, com a Unitate a absorver duas instituições do concelho de Évora e respetivas respostas sociais, perante a iminência do seu fecho.

Tudo aconteceu em momento distintos e com cerca de um ano de diferença.

“Começou tudo com a Associação de Idosos e Reformados de S. Vicente do Pigeiro, na Vendinha, e com um pedido de ajuda da anterior Direção à Unitate, porque a instituição, face às dívidas e a uma baixa brutal de utentes, estava na iminência de fechar portas”, conta Tiago Abalroado, que na primeira visita à instituição encontrou uma casa “com instalações, de certa forma, degradadas” e uma instituição “desorganizada”.

Défices sucessivos, um empréstimo bancário e uma dívida da ordem dos 60 mil euros à Segurança Social, que estava em plano prestacional, colocava a instituição à beira do abismo e a necessitar de ajuda.

Aquando do primeiro contacto com a Unitate, dezembro de 2015, a instituição da Vendinha tinha três utentes em SAD e seis em Centro de Dia.

“Após debatermos a situação no seio da Unitate, fizemos a proposta de integrar aquela estrutura e desenhar um plano de recuperação. A Assembleia Geral que deliberou a fusão aconteceu em fevereiro de 2016 e em março assumimos a gestão da instituição”, recorda, acrescentando: “Prosseguimos com o pagamento dos planos prestacionais que a instituição tinha, fizemos uma alteração completa do espaço, à reorganização de todo o funcionamento e



encetámos a captação de novos utentes. Havia já uma certa descredibilização da instituição, mas conseguimos criar a resposta de Centro de Convívio com o objetivo de chamar a população até à instituição”.

Ao cabo de dois anos, a instituição da Vendinha conta agora com 12 utentes em SAD e sete em Centro de Dia, numa estrutura com capacidade para muito mais: 20 em SAD (contando com 10 Acordos de Cooperação) e 30 em Centro de Dia (16).

“Devagar começámos a dar alento à casa, transformámo-la substancialmente e a instituição começou a entrar no caminho da sustentabilidade.

Sob gestão da Unitate, a instituição teve um “crescimento na ordem dos 35 a 40 por cento”, com a resposta Centro de Convívio a ser “reforçada”, o que faz com que a população tenha uma maior proximidade e, no futuro, “contratualizem serviços de apoio domiciliário e centro de dia”.

Com a conclusão do processo de fusão, a Associação de Idosos e Reformados de S. Vicente do Pigeiro desaparece, ficando as respostas sociais na Unitate.

Por outro lado, a Unitate replicou na Vendinha o serviço das carrinhas sociais – ou seja, transporte de pessoas –, até porque “é uma localidade que não tem transportes públicos e, por exemplo, o supermercado mais próximo fica a 10 quilómetros, pelo que este recurso é muito importante para as pessoas”.

Desde que absorveu a instituição da Vendinha, a Unitate já criou dois postos de trabalho, um deles uma diretora-técnica “o que acabou por dar algum dinamismo à instituição”.

Paralelamente, houve o processo de regularização do imóvel, que não era de ninguém, pois era uma antiga Casa do Povo, tendo a Unitate acionado a figura do uso capião, tendo aquele sido transferido para a instituição de Vila Viçosa.

“Agora, temos mantido as respostas e estamos a aguardar a conclusão total do processo de fusão, pois nessa altura todos os acordos de cooperação em nome da Associação passarão para a Unitate”, refere Tiago Abalroado.

Quase um ano depois, em janeiro de 2017, outra instituição em grandes dificuldades pediu ajuda à Unitate. Trata-se da ARPIE – Associação de Reformados, Pensionistas e Idosos de Évora,

uma instituição com a resposta de Centro de Convívio, sediada na cidade do Templo de Diana.

“A fusão com a ARPIE deveu-se igualmente a uma situação de desespero. A instituição estava em dificuldades, mas havia a esperança de o novo presidente, porque tinha havido eleições recentemente, desse novo rumo à instituição. Porém, passado um mês de tomar posse o senhor faleceu, ficando a instituição à deriva”, conta, recordando que havia um conjunto de pessoas que não queriam deixar cair a instituição.

“Nós na Unitate já tínhamos a experiência da Vendinha e acabámos por propor à Assembleia Geral da ARPIE a mesma solução”, afirma, revelando: “Na Vendinha a fusão foi aprovada por unanimidade enquanto na ARPIE houve oito votos contra, mas como havia maioria qualificada foi aprovada. Curioso é que os que votaram contra foram os que depois mais ajudaram no processo, porque perceberam que a fusão era benéfica para a Associação”.

A ARPIE tem apenas um Centro de Convívio, com capacidade e Acordo de Cooperação para 40 utentes e está completa.

No processo de fusão a proposta era ficar apenas com uma das duas funcionárias que a ARPIE tinha, dando-lhe sustentabilidade, até porque “não é uma resposta que dê para ganhar dinheiro, mas o Acordo de Cooperação dá perfeitamente para as despesas”.

Um grupo coral, uma turma de informática e convívio em torno de jogos de tabuleiro são as principais atividades dos 40 utentes da ARPIE, que têm também muito a prática e o gosto de viajar, pelo que efetuam diversas excursões.

“Agora estamos a tentar fazer um intercâmbio com as instituições da cidade, porque o grupo coral quer sair mais e pelo que estamos a tentar criar um circuito pelas instituições de Évora”, refere Tiago Abalroado, que tem ainda outro projeto na manga: “Estamos a perspetivar uma forma de intercâmbio com a Cáritas Arquidiocesana para que os utentes que estão isolados possam beneficiar do espaço da ARPIE, porque queremos abrir a instituição à cidade e chegar a mais gente”.

Com o cenário do iminente fecho afastado, Tiago Abalroado sustenta que “o segredo é a gestão, ou seja, usar os recursos existentes e potenciá-los da melhor forma”.

“Nos dois casos, a situação em que as instituições estavam não surgiu por acaso, houve erros de gestão graves, pelo que a simples reorganização das instituições foi meio caminho andado. Sabemos que a forma como as respostas sociais estão desenhadas, apesar de se poder dizer que o Estado paga mal, os valores que são pagos são aqueles por alguma razão. E nas respostas que têm participação dos utentes, como o SAD e o Centro de Dia, não há razão para que as respostas devidamente organizadas não funcionem”, assevera, levantando o véu sobre as medidas que a nova gestão adotou: “O que procuramos fazer é uma boa gestão, por exemplo, na escolha dos fornecedores, na racionalização dos recursos, nas ementas produzidas e que todos os consumos, nunca faltando nada, sejam dignos e modestos. É desta forma que tentamos fazer face à dívida e dar sustentabilidade à instituição”.

Apesar dos riscos, pois é a Unitate que está a assumir todas as responsabilidades (leia-se,



dívidas), o presidente defende que esta “é uma característica da Unitate desde que nasceu, pois é uma instituição que serve essencialmente para prestar apoio a outras instituições”, explicando: “Já por si a Unitate foi um projeto inovador e no cumprimento desta missão prosseguimos o nosso caminho. Obviamente, não estava no nosso horizonte gerir respostas sociais, poderíamos ajudar a gerir, mas de outra forma. Porém, surgiram estes casos mais agudos, em que houve necessidade de uma maior intervenção e vimos que a única forma de os ajudar era esta, sob pena de as instituições fecharem e os idosos ficarem sem resposta. Esta foi a solução, respeitando sempre a vontade das populações e mantendo, tanto quanto possível, a identidade dos espaços, porque é importante que as pessoas se sintam ligadas à instituição e não olhem para nós como uns paraquedistas que chegaram para tomar conta da instituição. Temos tentado manter sempre, e isso é ponto de honra, a relação com a comunidade, com os utentes e com as famílias dos sítios a que as instituições estão, dando continuidade àquilo que estava bem feito e, por outro lado, acrescentando algo inovador para conquistar as pessoas e melhorar o serviço”.

E é nesta perspetiva que já está na forja um projeto para a Vendinha, quando há ano e meio estava para fechar portas.

“Neste momento a Vendinha está a funcionar com condições, com um projeto bem definido, o espaço recuperado e na área onde atualmente ainda funciona o Posto Médico, mas que vai sair para outras instalações no final deste mês, projetamos uma ampliação para criar 10 quartos para os idosos, uma espécie de mini lar”, revela Tiago Abalroado, que acrescenta: “Fizemos uma candidatura ao PROCOOP para que o lar possa ser participado, mas se isso não for possível terão que ser as famílias a participar na totalidade, pelo menos, numa primeira fase. Agora, também sabemos que essa não é a via que queremos seguir pois



assim só a população com mais possibilidades poderia aceder”.

A verdade é que cerca de 20 pessoas já manifestaram interesse no novo lar, até porque não há nenhuma do género na zona, o que leva as pessoas, quando necessitam, a sair e a desertificar ainda mais a localidade.

“A Unitate está sempre aberta a novos desafios. Havendo alguma necessidade estaremos prontos a estudar a situação e a intervir, até porque somos uma instituição de âmbito nacional, pelo que não nos cingimos às instituições do distrito de Évora”, afirma Tiago Abalroado.

# TRIVALOR

## SOLUÇÕES ESPECIALIZADAS PARA IPSS



SINAL MAIS



GERTAL ITAU



SOGENAVE



STRONG  
ALARMIBÉRICA  
S.O.V.  
INFRASECUR  
CHARON  
TAMPER



UPK  
CLIMAMOR



B2B



CERGER



FEB CAFÉS  
CATEFRU  
SOCIGESTE



IBERLIM  
NOVA SERVIÇOS



PAPIRO



VIVAMAIS



SERDIAL



BIOSOG



TICKET SERVIÇOS  
FLEXBEN



A TEMPORÁRIA  
A TEMPORÁRIA  
OUTSOURCING

A Trivalor, composta por mais de 20 empresas, está vocacionada para fazer o melhor pela sua IPSS.

Melhore a qualidade dos seus serviços e aumente a eficiência dos seus recursos, recorrendo a um parceiro de excelência em Business & Facility Services.



Diferentes empresas da Trivalor SGPS, S.A. detêm os seus sistemas de gestão certificados (consultar certificados)

**STRONG**  
Alvarás: 41 A | 41 B | 41 C

**CHARON**  
Alvarás: 32 A | 32 B | 32 C

**S.O.V.**  
Alvarás: 14 A | 14 C

[www.trivalor.pt](http://www.trivalor.pt)

AV. INFANTE SANTO, 21 A · 1350-177 LISBOA  
TELEF.: 21 042 00 05 / 21 042 08 08  
FAX: 21 042 00 98 / 21 424 94 88  
E-MAIL: TRIVALOR@TRIVALOR.PT

**CONTACTE-NOS**



**TRIVALOR**

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES

# Estrangeiros residentes vivem pior que portugueses

Os estrangeiros residentes em Portugal apresentam maiores riscos de pobreza e vivem com maior privação material do que os portugueses, apesar de em 2016 se ter registado “uma ligeira melhoria” da situação, segundo um relatório do Observatório das Migrações.

Em 2016, os portugueses apresentavam um risco de pobreza e situação de privação material severa de 24,5% e os estrangeiros residentes de 45,6%, referem as conclusões do documento, sublinhando que esta situação dos imigrantes é semelhante à verificada nos restantes países europeus.

Os dados observam, porém, uma ligeira melhoria desta prevalência no caso dos estrangeiros face a 2015 e ao início desta década (em 2011 o risco de pobreza era 46,5%). “Estes resultados associados a maior vulnerabilidade e exclusão social dos estrangeiros não induzem necessariamente, contudo, a maior dependência pela proteção social do país”, sublinham as conclusões do relatório Indicadores de Integração de Imigrantes 2017, apresentado no Dia Internacional das Migrações.

Acompanhando a tendência da última década em Portugal, “a relação entre as contribuições

dos estrangeiros e as suas contrapartidas do sistema de Segurança Social português” (as prestações sociais de que beneficiam) “continua a traduzir um saldo financeiro bastante positivo”, situando-se em mais 355,2 milhões de euros, em 2015, e em mais 418,5 milhões de euros, em 2016.

Relativamente à dimensão do trabalho, o estudo indica que a sua inserção no mercado de trabalho português continua “a não refletir necessariamente as suas qualificações”.

Verificou-se o reforço dos estrangeiros nos níveis de habilitações médio-superiores (mais 22% em 2015 face a 2005 de trabalhadores com ensino secundário e pós-secundário, e mais 25% de trabalhadores com ensino superior) e uma diminuição dos trabalhadores com habilitações inferiores ou iguais ao primeiro ciclo do ensino básico (menos 77% em 2015 por comparação a 2005).

Apesar dos imigrantes continuarem a apresentar maiores taxas de desemprego que os nacionais, observou-se nos últimos anos uma diminuição da sua taxa de desemprego “e, inerentemente, a distância face aos nacionais”. Em 2016, a taxa de desemprego para os

estrangeiros de países extracomunitários fixou-se nos 18,8%, sendo a taxa de desemprego do total da população de 11,1%.

Entre os países da UE, Portugal ocupa o 21.º lugar quanto ao peso da população estrangeira no total de residentes (3,8%), uma posição que tem vindo a descer devido à diminuição de estrangeiros no país. Em 2016, Portugal registou 38.273 emigrantes permanentes e 29.925 imigrantes permanentes.



## SOLIDÁRIOS CONSIGO HÁ MAIS DE 22 ANOS

DEIXE A INFORMÁTICA CONNOSCO,  
AS PESSOAS PRECISAM DE SI.



**TSR**  
SISTEMAS DE INFORMAÇÃO

SOFTWARE  
**IPSS**

SECTOR  
**ECONOMIA  
SOCIAL**

CONTABILIDADE ESNL

IMOBILIZADO ESNL

MÓDULO ORÇAMENTOS

LANÇAMENTOS AUTOMÁTICOS  
NA CONTABILIDADE

UNIDADES DE SAÚDE

GESTÃO DE IMÓVEIS

ORDENADOS

UTENTES IPSS

UTENTES CT (CERTIFICADOS AT)

PROCESSOS CLÍNICOS UCC

PROCESSOS CLÍNICOS MÓVEL **NOVO**

CONTROLO DE PRESENÇAS

ASSOCIADOS/IRMÃOS IPSS

**SISTEMA INTEGRADO DE  
TESOURARIA**

TSR - Utentes  
TSR - Bancos  
TSR - Associados  
TSR - Rendas  
TSR - Caixas e Pagamentos a  
Fornecedores

PRESCRIÇÃO ELECTRÓNICA  
E MEIOS COMPLEMENTARES DE  
DIAGNÓSTICO (CERTIFICADO  
SPMS)

RECEITAS SEM PAPEL

ACC - ATESTADO CARTA  
DE CONDUÇÃO

entre outras

**ASSISTÊNCIA REMOTA**  
Via internet

**ASSISTÊNCIA TELEFÓNICA**  
Gratuita

**INSTALAÇÃO E FORMAÇÃO**  
Nas vossas instalações

Rua dos Cutileiros, 2684 1º -  
Sala 11 - Apartado 1071 EC  
4836-908 Lameiras - Guimarães

www.tsr.pt

t(m. [+351] 939 729 729  
t(f. [+351] 253 408 326 (3L/BA)  
fax [+351] 253 408 328

**+ DE 40  
APLICAÇÕES**

**+ DE 900  
CLIENTES**

**100%  
CLIENTES  
SATISFEITOS**

**GRÁTIS  
DEMONSTRAÇÕES  
SEM COMPROMISSO**

www.tsr.pt

tsr@tsr.pt

facebook/tsrsi

## HUMANITAS

# É necessário os CAO adotarem um modelo de inclusão

Viseu, Portalegre e Porto receberam, em 2017, os três encontros «Centros de Atividades Ocupacionais - desafios e oportunidades» em que 31 das 35 filiais na Federação Portuguesa para a Deficiência Mental participaram, muitas partilhando experiências e todas refletindo sobre uma realidade que a todas preocupa.

No final das três sessões, Lurdes Fernandes, da Direção da Humanitas, concluiu que “são grandes os desafios”, considerando necessário as instituições que trabalham a resposta social de CAO avançarem pelo caminho de continuar a encontrar-se, de recolher e sistematizar dados sobre a realidade dos CAO a nível nacional, de repensar as metodologias usadas, de aumentar as parcerias em cada comunidade, de questionar todos os dias se o que se faz é o que as pessoas apoiadas querem e precisam, de serem capazes de produzir uma reflexão alargada e sistematizada, tanto do ponto de vista da intervenção como da regulamentação política e do financiamento.

O terceiro e último encontro decorreu na cidade Invicta, com apresentações de boas práticas, mas não só.

Paula Campos Pinto, do Observatório da Deficiência e Direitos Humanos, abordou, logo no arranque da sessão, o «Desafio dos CAO à luz da Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência», questão muito pertinente nos tempos que correm.

Considerado “um instrumento fundamental” para todos os que trabalham na área da deficiência, a Convenção (adotada pela ONU a 13 de dezembro de 2006 e ratificada por Portugal em 2009) exige a mudança de alguns modelos de atuação, especificamente que se passe de um modelo de reabilitação, seguido até agora, para um modelo de inclusão e diversidade, porque, como lembrou Lurdes Fernandes, “a deficiência é uma característica”.

“É preciso passar da reabilitação para a inclusão das pessoas com deficiência”, desafiou a dirigente da Humanitas, sublinhando que, “como qualquer realidade humana que é evolutiva, a deficiência também o é”.

E porque de Centros de Atividade Ocupacionais se tratava o encontro, a questão foi colocada em cima da mesa de forma muito clara: “Como é que o Decreto-lei 17/89 casa com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência?”.

Em Portugal o CAO foi estabelecido pelo Decreto-lei nº 17/89, de 11 de janeiro, mas na evolução dos paradigmas da segregação, normalização, integração e inclusão, o conceito de CAO situa-se ainda no paradigma da normalização (pois são estruturas especializadas com um ambiente que se quer normalizado).

Por outro lado, as práticas apresentadas nos vários encontros promovidos pela Humanitas mostram experiências interessantes para utilizar o CAO como uma plataforma logística promotora da integração das pessoas na sua comunidade. “Contudo,

o fosso entre a legislação, os modelos organizativos mais tradicionais e as experiências mais radicais está a crescer”, sustentou a dirigentes da Humanitas.

Por isso, em jeito de conclusão, Lurdes Fernandes afirmou a necessidade de revisão do Decreto-Lei que estabelece a resposta social CAO, nomeadamente: “Passando de um modelo médico que assenta em ações reabilitadoras, no sentido de capacitar a pessoa com deficiência para o desempenho de atividades dentro do padrão considerado normal, para um modelo assente na diversidade e na inclusão; orientado para a disponibilização de apoios para a potenciar a qualidade de vida de cada pessoa; criando uma discriminação positiva no financiamento em função do grau de dependência das pessoas apoiadas (com a criação de dois a três níveis distintos); permitindo a plena individualização dos apoios de acordo com as necessidades e desejos da pessoa; transformando os CAO em locais abertos com responsabilidade de responderem a uma determinada comunidade sem limitações de capacidade e com a possibilidade de negociar os apoios individualmente com cada pessoa, abandonando a tipificação dos apoios; e para responder às necessidades das pessoas com deficiência que já não se situam apenas entre as 9h00 e as 17h00, nomeadamente para a participação em atividades de lazer, recreação, culturais, etc.”.

Em resumo, para os responsáveis da Humanitas, “hoje há uma completa inadequação dos modelos de funcionamento dos CAO e da própria legislação, face à realidade das necessidades, expectativas e direitos das pessoas que as instituições apoiam”.

Neste sentido, e sempre com a Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência como guia, exorta-se a que “o adequado é que, em cada momento, se assegurem apenas os apoios necessários à pessoa e se evitem apoios que possam torná-la dependente das organizações”, pois “a pessoa tem direito a correr riscos”, até porque “viver implica riscos”.

A hiperproteção, apesar da boa vontade e bonomia da atitude, leva a que as pessoas com deficiência não desabrochem para a vida. “A sobreposição de apoios é contraproducente, até porque as demais pessoas também não têm tantas e diferentes atividades”, como muitas vezes acontece aos utentes de CAO que têm hipoterapia, snoezelen, piscina e mais uma série de outras atividades.

Daí que seja importante adotar o princípio das “adaptações razoáveis”, ou seja, proporcionar “apoios que garantam a todos o direito a ter uma vida com dignidade e que, no âmbito dos princípios da Convenção, como está inscrito no seu artigo 2º, se constituam adaptações razoáveis definidas como «modificações e ajustes necessários e apropriados que não imponham uma carga desproporcionada ou indevida, (...) para garantir que as pessoas com incapacidade gozem ou exerçam, em condições de igualdade com as demais, de todos os direitos



humanos e liberdades fundamentais»”.

Isto torna-se premente porque “os CAO têm muitas vezes estruturas e condições de funcionamento que podem estar para lá do que são adaptações razoáveis”, pois estão “organizados para proteger as pessoas, não criando as condições para o seu crescimento e empoderamento” e ainda porque “a ideia/exigência é a de colocar o enfoque na alteração das condições ambientais e não no desenvolvimento e reabilitação”.

Isto deve ser feito sempre de acordo com as necessidades que as pessoas sentem, para o que devem ser mobilizados os recursos necessários.

Por outro lado, os encontros serviram para concluir que, nos tempos que correm, novos dilemas se colocam às instituições, como sejam as listas de espera, os novos públicos, a individualização dos apoios ou até os casos das pessoas que já não querem os apoios das instituições, pelo que é preciso estar preparado e encontrar soluções para os mesmos.

Em jeito de conclusão, o presidente do INR - Instituto Nacional para a Reabilitação, Humberto Santos, frisou, no fecho do encontro, a necessidade de “refletir e de todos se prepararem para o novo paradigma que a Convenção suscita”, deixando um desafio aos presentes: “O INR está disponível para uma reunião onde possamos refletir as conclusões destes encontros, para pensarmos sobre o caminho a seguir nesta área dos CAO”.

JOSÉ FIGUEIREDO  
ECONOMISTA



AS GRANDES DA TECNOLOGIA:

## Fazer dinheiro (muito) à nossa custa

As leis antitrust viram a luz do dia como forma de limitar o poder monopolista das grandes empresas. No final do século XIX, o que se considerava necessário evitar a todo o custo era que empresas fossem de tal maneira grandes e de tal maneira poderosas que pudessem, por essa via, adquirir poder sobre a fixação de preços. Adquirido esse poder poderiam colocar produtos ou serviços artificialmente caros com prejuízo dos consumidores.

Deste ponto de vista, ou seja, inflação artificial de preços via poder monopolista, é difícil acusar as grandes da tecnologia.

Não consta que a Amazon faça subir os preços. De certa forma, até pelo contrário. Quando a Amazon comprou a Whole Foods, um retalhista alimentar especializado em produtos “saudáveis”, a primeira medida que tomou foi baixar os preços. Podemos achar os preços dos smartphones da Apple excessivamente caros. Contudo, a Apple tem uma quota de mercado relativamente pequena a nível mundial e o preço dos seus equipamentos não deriva de qualquer poder monopolista, mas tão só de um marketing brilhante e da atratividade da marca.

Outras gigantes tecnológicas como a Facebook ou a Google podem até, no limite, gabar-se de fazer montes de dinheiro prestando serviços gratuitos.

Vejamos as contas da Facebook. A empresa apresentou 4,7 biliões de dólares de resultados líquidos no terceiro trimestre de 2017 para um volume de negócios de 10,3 biliões. Comparando com o período homólogo de 2016 o volume de negócios cresceu 49% e os resultados 79%. Quase 50% de margem e a crescer. Nada mal!

De onde vem tanto dinheiro? Quase todo (98%) vem da publicidade.

A publicidade no Facebook é valiosa não só pelo tráfego que a rede proporciona, mas também porque pode ser extremamente eficaz dado que cedemos à rede um vasto conjunto de informação pessoal.

Claro que Mark Zuckerberg, o fundador e, para todos os efeitos, dono da Facebook, não aponta uma pistola a ninguém para que participe na rede e com o tempo por lá deixe informação tal como números de cartões de crédito, histórico de compras, histórico médico e até opções políticas ou modo de vida.

Não é verdade que o fazemos livremente? É verdade, pelo menos à superfície. Um estudo recente mostra que, quando perguntamos a pessoas se estariam disponíveis para trocar informação pessoal com vista a receber publicidade que lhes fosse especialmente dirigida,

quatro em cada cinco inquiridos respondem que não. Contudo, um outro estudo do MIT e da Universidade de Stanford mostra como bastam pequenos incentivos para mudar a decisão. Muitos estudantes mostraram-se disponíveis para trocar informação pessoal por uma pizza gratuita!

Uma das razões porque baixamos tão facilmente a guarda em relação à informação pessoal é a crença na impenetrabilidade das mensagens aos olhos dos poderes públicos, dos internet providers ou de quem quer que seja. Contudo, muitas vezes, a tecnologia de encriptação não garante nada disso!

Por outro lado, a ideia de que não pagamos nada pelos serviços é totalmente ilusória – como sempre, também aqui, não há almoços grátis.

Na posse da nossa informação pessoal, a publicidade é bem paga pelos produtores e comercializadores dos bens e serviços e as gigantes tecnológicas fazem uma montanha de dinheiro. Esse dinheiro é pago pelos produtores dos bens ou serviços marketizados e, mais dia menos dia, esse custo haverá de transformar-se em preço mais alto para os consumidores. De uma forma ou de outra acabaremos por pagar.

Por outro lado, nalgumas indústrias mais “calhadas” para o comércio eletrónico, como, por exemplo, as viagens ou a hotelaria, a dependência das empresas da presença em plataformas eletrónicas de venda tornou-se uma questão de sobrevivência. Qual o hotel que pode estar fora da booking?

Contudo, a Priceline (empresa que detém a booking) também depende da publicidade que compra nas gigantes tecnológicas – também para ela a presença em lugar privilegiado na Google, por exemplo, é uma questão de sobrevivência. Por essa via a Google faz uma montanha de dinheiro vendendo publicidade. Quem paga? No final das contas, como não há almoços grátis, alguém haverá de pagar e são os consumidores, obviamente.

Noutros casos a ameaça das big tech pode vir de um ângulo diverso. Vejamos o caso da Amazon ou da Alibaba os gigantes do comércio eletrónico.

Jack Ma, o fundador e principal acionista da Alibaba, gabava-se recentemente que a Alibaba não é uma empresa é uma economia.

Num certo sentido, é verdade!

Pensemos no caso da Amazon. Muitas pessoas ainda vêm a Amazon como uma inocente e prestável empresa de comércio eletrónico de livros e discos. Eu, por exemplo, sou um cliente assíduo nestas duas áreas.

No entanto, atualmente estes dois produtos já pouco pesam na atividade da Amazon e são pouco mais que marginais na geração de resultados. Poucos se aperceberam como a Amazon se tornou um polvo com inúmeros tentáculos e capaz de agarrar um grande número de presas.

Por exemplo, a Amazon tornou-se no maior operador de serviços de cloud do mundo.

No último ano completo para o qual temos contas, a área de cloud valia 12 biliões em vendas, um pouco menos de 10% do turnover, mas quase 70% da geração de resultados operacionais.

Nos últimos trimestres a Amazon começou a publicar os números para os seus serviços de logística. Os números da logística andam na casa dos 6/7 biliões, ou seja, cerca de 1/6 do total do turnover da companhia.

Mais recentemente ficámos a saber que a Amazon também opera como banco. Terá já 3 biliões de crédito concedido.

Podemos imaginar de onde isto tudo vem. Virá provavelmente do ecossistema dos fornecedores da plataforma de retalho eletrónico.

Estes provavelmente terão sido os primeiros (hoje já não os maiores, com certeza) clientes da cloud, são seguramente os maiores clientes das plataformas logísticas e são os clientes exclusivos (para já) do banco da Amazon.

Nesta área o que a Amazon faz é financiar os seus fornecedores disponibilizando fundos no espaço de 24 h que cobra depois quinzenalmente da conta do fornecedor na qual a Amazon é, naturalmente, devedor.

Como muitos dos fornecedores também são clientes de logística, até os seus stocks respondem pela dívida à Amazon.

Podemos imaginar que o ratio de incobráveis seja pequeno!

Ou seja, aos poucos, um conjunto enorme de empresas está a ficar “escrava” de uma plataforma eletrónica que continua a reclamar-se um mero intermediário que beneficia produtores e consumidores. Embora o modelo da Alibaba seja manifestamente diferente da Amazon, a verdade é que, também na China, um enorme ecossistema de produtores e consumidores está atualmente “pendurado” na plataforma eletrónica.

Manifestamente as leis antitrust que herdámos do final do século XIX não servem para acomodar a realidade atual das gigantes da tecnologia.

É necessário um novo olhar. Urgente!

# 40 anos a servir as instituições de solidariedade social.

Somos especialistas na compra, venda e distribuição de uma gama completa de soluções para a área Alimentar das Instituições de cariz Social.

Além da mais completa seleção de produtos alimentares (mercearia, bebidas, lacticínios, frutas e legumes, carne e peixe), também fornecemos produtos não alimentares (descartáveis, papéis, soluções de higienização e de lavagem de têxteis). Adicionalmente realizamos projectos e montagens de cozinhas, bem como fornecimento dos respectivos equipamentos.

Caso necessite, ajudamo-lo a gerir as suas ementas:

- Ementas validadas por nutricionistas
- Capitações adequadas
- Soluções económicas
- Sugestão de encomenda com base na ementa
- Estime e controle os seus custos

Acabe com a dificuldade em criar ementas variadas e equilibradas, simplifique o processo de encomenda, de receção de mercadorias, e de gestão de facturas e pagamentos.

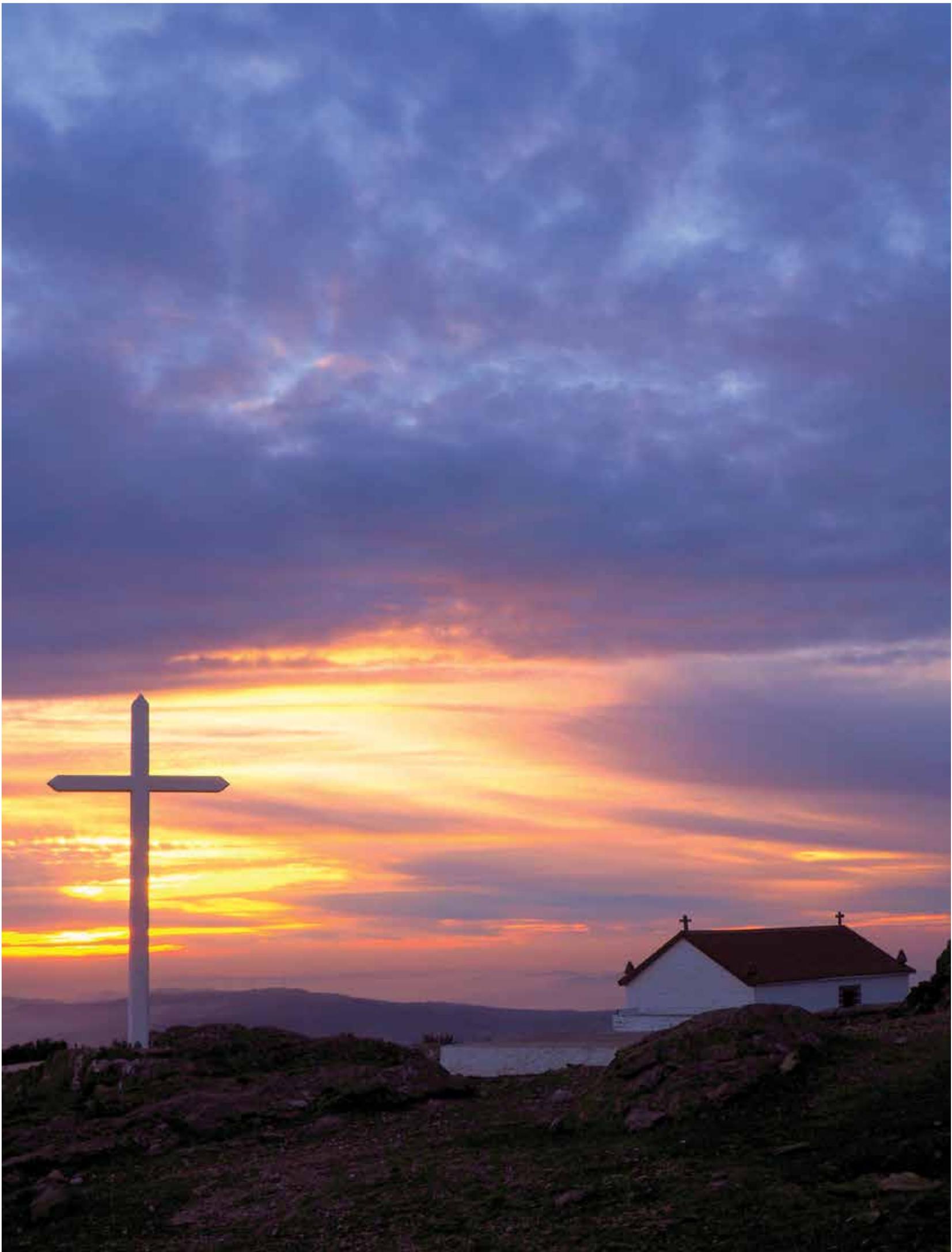
A nossa frota, com dezenas de viaturas, assegura a distribuição a milhares de clientes em todo o território Nacional.

**A nossa missão é ajudá-lo na sua missão de chegar a quem precisa.**



**TEMOS A  
SOLUÇÃO PARA SI  
CONTACTE-NOS**  
NORTE: 220 406 990 / 910 286 502  
SUL: 210 420 000 / 916 206 224  
[www.sogemave.pt](http://www.sogemave.pt)





**Que 2018 seja um ano de luz**

**FICHA TÉCNICA**

**Propriedade:** CNIS (Confederação Nacional das Instituições de Solidariedade) - Rua da Reboleira, 47 - 4050-492 Porto - NIF: 501 146 253 - **Telefone:** 22 606 86 14 | **Fax:** 22 600 17 74 - | **e-mail:** [jornal.solidariedade@gmail.com](mailto:jornal.solidariedade@gmail.com) | **Diretor:** Padre Lino Maia | **Diretor-Adjunto** Padre José Baptista | **Editor:** V.M. Pinto | **Redação:** Milene Câmara, Pedro Vasco Oliveira e Rodrigo Ferreira - **Colaboradores:** Fernando Martins, Henrique Rodrigues, José Silva, Padre José Maia e José Figueiredo | **Impressão:** Unipress - R. Anselmo Braancamp, 220 - Granja 4410-359 Arcozelo - Gaia | **Tiragem:** 5.000 exemplares | **Depósito Legal** n.º 11753/86, ICS-111333

REDE DE CUIDADOS CONTINUADOS

# Novos contratos-programa criam mais de 500 respostas de internamento

O Instituto da Segurança Social (ISS) e as Administrações Regionais de Saúde (ARS) vão celebrar contratos-programa com 45 entidades da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI), que darão lugar a 538 novas respostas de internamento em 2018. O despacho conjunto dos ministérios das Finanças, do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e da Saúde, foi publicado em Dezembro. O despacho conjunto autoriza o ISS e as ARS a assumirem “os compromissos plurianuais no âmbito dos contratos-programa a celebrar com as entidades integradas ou a integrar a RNCCI, no âmbito do funcionamento ou da implementação desta rede”.

Os contratos abrangerão 45 instituições, entre as quais misericórdias e Instituições Particulares de Solidariedade Social, de várias regiões do país.

Segundo o despacho, o valor a atribuir pelo ISS em 2018 será de 3,5 milhões de euros, subindo face ao montante do ano anterior (260 mil euros), o que reflete o aumento do número de

contratos realizados pelas ARS no próximo ano, no total de 14,1 milhões de euros (1,4 milhões de euros este ano).

O Coordenador da reforma dos Cuidados Continuados Integrados, Manuel Lopes, explicou que, no âmbito das medidas previstas no Plano de Desenvolvimento da RNCCI, iniciadas em 2016 e que se prolongam por 2018 e 2019, foi ampliada em 538 lugares a rede geral e foram criados este ano 364 lugares e camas de cuidados integrados de saúde mental.

Mais de metade das novas 538 camas a integrar a Rede Nacional de Cuidados Continuados destinam-se à Região de Saúde do Norte que, com mais 289 respostas de internamento, irá agora ter uma capacidade total instalada de 4.513.

A Administração Regional de Saúde do Norte (ARS-N) irá passar a disponibilizar às populações 315 camas de Convalescência, 830 camas de Média Duração e Reabilitação, 1.627 camas de Longa Duração e Manutenção, 26 camas de

Cuidados Paliativos e 1.632 lugares de Equipas de Cuidados Continuados Integrados.

No âmbito da pediatria, a ARS-N passa agora a contar com dez camas de Cuidados Pediátricos Integrados e dez 10 lugares de Ambulatório Pediátrico.

Já na saúde mental, terá 25 lugares em Unidade Socio-Ocupacional, oito visitas/dia em Equipa de Apoio Domiciliário e 14 lugares Residência Autónoma, seis lugares em Residência de Treino de Autonomia tipo A -- Infância e Adolescência e dez lugares Unidade Socio-Ocupacional infância e adolescência.

A RNCCI, criada em 2006, assenta num modelo de intervenção integrado e/ou articulado da saúde e da segurança social com o objetivo de proceder à recuperação, manutenção e prestação de cuidados integrados a utentes dependentes, envolvendo a participação e a colaboração de diversos parceiros sociais ou privados, a sociedade civil e o Estado como principal incentivador.



Óptima limpeza e higiene perfeita  
Para lavandarias profissionais IPSS

Agente especializado:

**milplus**  
EQUIPAMENTOS HOSPITALARES  
E MÁQUINAS INDUSTRIAIS, LDA

Rua Fernando Namora, 135  
4425-651 Pedrouços · Maia  
934 091 417 · info@milplus.pt  
www.milplus.pt

**Miele**  
PROFESSIONAL